

junho 2023

Estudo Formativo  
ED-Comunicar:  
do Conhecimento  
à Mobilização

A urgência  
de ler o mundo:  
**Paz**



© Massimo Sestini/ Polaris, 2014

# A coleção Estudos Formativos ED-Comunicar

*A urgência de ler o mundo - Estudos Formativos ED-Comunicar* é uma coleção de seis estudos de Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG). Convida a renovar e atualizar o olhar sobre realidades e questões nevrálgicas que, não sendo novas, permanecem como desafios estruturais das sociedades globalizadas em que vivemos hoje: Pobreza e Desigualdades; Justiça Social; Desenvolvimento; Interdependências e Globalização; Cidadania Global; Paz.

Os seis temas que serão tratados ao longo dos Estudos Formativos ED-Comunicar derivam do Referencial de Educação para o Desenvolvimento (2016), doravante designado Referencial de ED, documento orientador e de enquadramento da intervenção pedagógica da EDCG, na educação pré-escolar e ensinos básico e secundário. Assim, cada estudo procurará aprofundar e atualizar a forma como estes temas são tratados no Referencial de ED. Enquanto este foi especificamente concebido para educadores/as e escolas, esta série de seis es-

tudos trazem propostas que procuram alargar a abrangência do Referencial para novos públicos.

Esta coleção é um dos resultados do projeto “ED-Comunicar: do conhecimento à mobilização”, cofinanciado pelo Camões, I.P., coordenado pela ADRA Portugal e implementado em parceria com sete ONGD portuguesas: AIDGLOBAL, Associação Par – Respostas Sociais, Fundação Cidade de Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira, Instituto Marquês de Valle-Flôr, Mundo a Sorrir e Rosto Solidário.

O objetivo central do projeto é promover a afirmação e apropriação da EDCG em Portugal, no sentido de contribuir para processos de transformação social com vista a uma sociedade mais democrática, participativa e justa. Dirige-se prioritariamente a atores do desenvolvimento, das organizações da sociedade civil e técnicos municipais, a órgãos da comunicação social, bem como ao público em geral.

# ÍNDICE

## I

**P. 8** O longo percurso até uma agenda global de construção da paz

---

**P. 8-17** Da “paz negativa” à “paz positiva”: celebrar o ponto de viragem

**P. 18-21** Perplexidades, factos e números do mundo de hoje

## 2

**P. 22** Das violências e suas causas à não violência como forma de luta

---

**P. 23-27** Reconhecer diferentes tipos de violência

**P. 28-30** Compreender as causas da violência estrutural e sistémica

**P. 30-32** Entre o conflito e a violência: margens para o cultivo da paz

**P. 33-37** O monopólio da legitimidade da violência pelo estado e a cultura da não violência

**P. 38-39** Escutando vozes pela paz do planeta

**P. 4** Glossário

**P. 4** Agradecimentos

**P. 5-7** Enfrentar o paradoxo de ser necessário lutar pela paz

## 3

**P. 40** Caminhos de confluência para a Paz

---

**P. 41-49** Entre o individual, o local e o global

- ▷ *Nível intra- e interpessoal: em tempos de polarização, o exercício da complexidade e alteridade*
- ▷ *Nível intra- e internacional: novos e velhos mecanismos de regulação de conflitos*

**P. 50-55** A bússola EDCG para a Paz

- ▷ *O papel das ONG*
- ▷ *O papel da comunicação social*

**P. 56** Posfácio

**P. 57-59** Referências

# Glossário

**ADRA** Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência  
**AIDGLOBAL** Acção e Integração para o Desenvolvimento Global  
**ALPMJ** Associação Literacia Para os Media e Jornalismo  
**ED** Educação para o Desenvolvimento  
**EDCG** Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global  
**ENED** Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento  
**FGS** Fundação Gonçalo da Silveira  
**IEP** Instituto para a Economia e Paz  
**IMVF** Instituto Marquês de Valle Flôr  
**IPG** Índice de Paz Global  
**IPSS** Instituição Particular de Solidariedade Social  
**ME** Ministério da Educação  
**ODS** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
**ODM** Objetivos de Desenvolvimento do Milénio  
**OIT** Organização Internacional do Trabalho  
**ONGD** Organização Não Governamental para o Desenvolvimento  
**ONU** Organização das Nações Unidas  
**PRIO** Peace Research Institute Oslo (Instituto de Investigação sobre a Paz de Oslo)  
**RSI** Rendimento Social de Inserção  
**SJI** Social Justice Index (Índice de Justiça Social)  
**TKI** Thomas-Kilmann Conflict Mode Instrument  
(Instrumento de Modo de Conflito de Thomas e Kilmann)  
**UE** União Europeia  
**UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação,  
a Ciência e a Cultura

# Agradecimentos

A elaboração deste estudo radicou num processo de aprendizagem colaborativo com a parceria do projeto, alargado à participação de fóruns de auscultação e reflexão diversos, no sentido de incluir visões e linguagens plurais. As autoras gostariam de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para alimentar a reflexão que deu forma a este estudo: Ana Castanheira (IMVF); Ana Luísa Martinho (A3S); Beatriz Braga (ADRA); Carmen Maciel (ADRA); Catarina Gonçalves (Rosto Solidário); Eva Jesus (FGS); Jordi Estivill (A3S); Luísa Teotónio Pereira (especialista em EDCG); Bárbara Troca (Mundo A Sorrir); Mónica Santos Silva (IMVF); Sandra Fernandes (FGS); Sílvia Franco (FGS); Sofia Lopes (AIDGLOBAL); Rute Machado (Fundação Cidade de Lisboa); Vinícius Ramos (PAR Respostas Sociais)...

# Enfrentar o paradoxo de ser necessário lutar pela paz

## O que lhe vem à cabeça quando falamos de paz?

Sugerimos a quem nos lê que desde já faça um exercício clássico de associação de ideias. Pegue num papel e num lápis, ou num telemóvel ou computador, e registe as 10 palavras que lhe vêm imediatamente à mente por associação direta com a ideia de PAZ:



|   |       |    |       |
|---|-------|----|-------|
| 1 | _____ | 6  | _____ |
| 2 | _____ | 7  | _____ |
| 3 | _____ | 8  | _____ |
| 4 | _____ | 9  | _____ |
| 5 | _____ | 10 | _____ |

Discurso de Paulo Freire, 1986. Prémio UNESCO da Educação para a Paz, in Freire, 2006

“

*De anónimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi sobretudo que a Paz é fundamental, indispensável, mas que a Paz implica lutar por ela. A Paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a Paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças o torna opaco e tenta miopizar as suas vítimas.*

”

## Quais foram os resultados? Identificou mais palavras evocando um imaginário de bem-estar e conforto, ou de mal-estar e desconforto?

Até há alguns anos, a paz era uma questão que tomávamos por garantida, distante do debate público e político, já que a guerra e os conflitos pareciam ser fenómenos do passado ou de países longínquos.

Mas será que vivíamos realmente em paz? Os últimos tempos confrontam-nos com a eclosão de discursos de ódio, fascismos, diferentes manifestações de violência e novas guerras que nos relembram da necessidade de promover a paz, de reafirmar uma educação para a paz, para a democracia e a diversidade, independentemente de a sua ausência se manifestar ou não.

A paz é um conceito particularmente bipolarizado, ou seja, que se define frequentemente numa tensão constante entre si próprio e o seu contrário (guerra, violência, conflito) ou a sua negação ou ausência (falta de segurança, de tranquilidade, de reconhecimento, de pertença, de bem-estar). Efetivamente, só em meados do século XX se operou uma mudança estrutural de pensamento relativamente ao entendimento sobre o que é a paz, pelo menos na nossa matriz de pensamento ocidental defensora da democracia, dos direitos humanos e do valor supremo da justiça social. Hoje é já possível encontrar uma extensa bibliografia, manuais pedagógicos ou conteúdos de sites na internet, onde o foco do significado e conteúdo deste conceito é o da construção da paz.

Iniciaremos o itinerário deste estudo, no primeiro capítulo, situando as abordagens

da “paz positiva” e “paz negativa”. Traçamos uma breve perspetiva histórica, incluindo o percurso feito na consagração da democracia e de direitos civis e políticos, de direitos económicos, sociais e culturais para todas as pessoas e todos os povos, como condições essenciais à paz. Olhamos também, com perplexidade, para factos e números associados à indústria do armamento e a diferentes manifestações de conflitos atuais. Olhamos, ainda, o primeiro índice sobre a paz no mundo a nível global e convidamos quem nos lê a aprofundar o conhecimento sobre o lugar de Portugal (ou de outro país) nesse mesmo índice. Assim, uma primeira convocatória que este estudo lança é a de visitar alguns conceitos basilares e a de reconhecer o percurso histórico na regulação do conflito e da guerra e na idealização da paz ao nível global.

Ainda que esta mudança de perspetiva seja uma conquista que celebramos, para construir a paz, é necessário compreender as causas da sua ausência e as da existência, permanência e proliferação de conflitos e guerras em tantos pontos do planeta. Estas questões convidam-nos a refletir mais aprofundadamente sobre os conceitos de violência e conflito e sobre as suas relações. É sobre estas questões que iniciamos o segundo capítulo.

Falamos de violência direta, violência estrutural, violência cultural, violência simbólica, para destacar apenas algumas formas já amplamente teorizadas. Falamos também do nível individual e das relações interpessoais e intergrupais até ao nível intranacional e internacional das relações geopolíticas, económicas e históricas entre nações e regiões do mundo, passando ainda por níveis menos explícitos das instituições sociais e organizações coletivas que estruturam os contextos em que nos movemos e, frequentemente, induzem formas de violência não intencionais.

E o conflito? Será possível abolir o conflito das relações humanas? Será desejável? No mundo globalizado em que vivemos hoje, estamos cada vez mais interdependentes uns dos outros, e de “outros” que têm visões sobre a vida e o planeta diferentes de nós. As diferenças implicam interesses diversos, frequentemente difíceis de conciliar, constituindo fonte de conflitos. Como compatibilizar a ambição de sociedades diversas e inclusivas (como muitos dos nossos textos políticos e de projetos de intervenção no terreno assumem hoje como missão) com a confrontação com o “outro” com visões do mundo, interesses e prioridades distintas? Estamos suficientemente preparados para gerir conflitos? Os mecanismos de mediação de conflitos e os sistemas

judiciais que temos são adequados e suficientes? Entender estes conceitos é compreender uma parte substantiva das causas da ausência de paz e é também conhecer as realidades a transformar para prevenir, manter ou restaurar a paz.

Entrando em zonas de desconforto e ambiguidade, enfrentamos o dilema da luta pela paz. Quando e como é que do discurso e das práticas do cultivo da paz é necessário passar à luta? Questionamos quem tem legitimidade para o uso de violência? Em que situações e com que limites? Existem limites ao controlo dos meios legítimos de violência pelo Estado enquanto pilar do sistema democrático? Estas questões levam-nos a aprofundar o conhecimento sobre a cultura e as estratégias da não violência.

E será possível abolir a violência dos humanos contra os ecossistemas? Numa época de agravamento da crise ambiental e climática, importa escutar outras vozes e conhecer os movimentos sociais que em diferentes partes do mundo se insurgem. Opõem-se a um sistema socioeconómico assente na depredação intensiva de recursos da natureza e na destruição de ecossistemas, lutam pela criminalização destes crimes contra a natureza e pelo restabelecimento também de paz com o planeta.

Quando e como se passa (passamos) da impotência, do mal-estar, do desacordo, ou de outras emoções e sentimentos desconfortáveis, à agressividade, ao conflito e à violência? No terceiro capítulo, incidimos sobre a criação de condições, mecanismos e estratégias para a paz. Assim, percorremos desde o nível individual e relacional até ao nível nacional e global, passando ainda pelo nível institucional, ao mesmo tempo enfatizando as suas interdependências pela lente da EDCG.

Se à escala global, dos sistemas políticos, económicos, sociais e culturais que funcionam hoje no planeta, a construção da paz apela a compreender novos e velhos mecanismos de regulação de conflitos. Se à escala das organizações nacionais, regionais e locais, a construção da paz apela a uma tomada de consciência e literacia para a gestão/mediação do conflito, ao nível micro, de cada um e de cada uma de nós, a construção da paz apela também a mergulhar nas emoções mais extremas. Emoções que tal como a bipolarização do conceito de paz implicam olhar para o leque das emoções humanas.

Assim, ao desenvolvimento das nossas capacidades cognitivas para compreender a complexidade dos temas, à literacia para a prevenção dos conflitos e ao chamamento

para a introdução de uma cultura de paz (nos contextos de vida em que nos movemos e nos quais temos capacidade de fazer escolhas e poder de decisão que afeta a vida de outras pessoas) é importante acrescentar também a literacia para a gestão emocional. Transformar ambientes geradores de emoções (reações imediatas do corpo) de desconforto, em contextos de conforto e segurança, contextos duradouros de vida que geram a predominância de sentimentos (estados de espírito) de conforto e bem-estar.

Procuramos assim aprofundar caminhos de confluência através da EDCG, enquanto bússola para a construção de novas formas de pensar e agir para a paz, convocando especialmente os atores de desenvolvimento, organizações da sociedade civil, técnicos municipais e a comunicação social, pelo seu papel estruturante e potenciador de transformação social.

Quem nos lê não tem de concordar connosco, o convite é para ser convocado e estimulado a pensar criticamente sobre o tema.

# I

## O longo percurso até uma agenda global de construção da paz

---

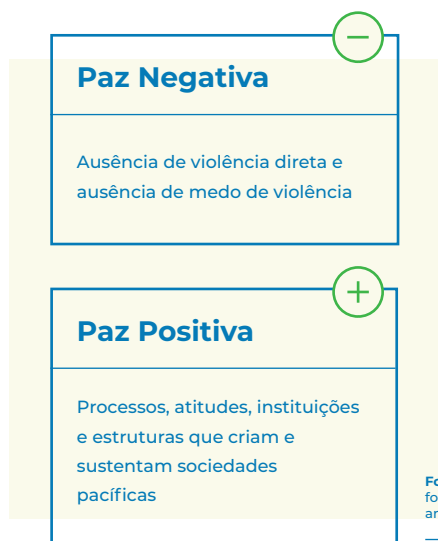
**P. 8-17** *Da “paz negativa” à “paz positiva”: celebrar o ponto de viragem*

**P. 18-21** *Perplexidades, factos e números do mundo de hoje*



## A história da humanidade é uma história de paz ou uma história de guerra?

Os leitores e leitoras que nos acompanham ao longo desta coleção de estudos já saberão que evitamos visões dicotômicas e que, entre dois pólos, há sempre uma pluralidade de realidades. Este questionamento convida-nos, isso sim, a problematizar a história da paz e da guerra e os conceitos e factos que a informam. É por aqui que iniciamos este nosso itinerário, percorrendo algumas noções básicas das abordagens à paz, mas também procurando exercitar o nosso olhar e reflexão crítica, contra a tendência frequente à simplificação e universalização dos nossos pontos de vista.



Fonte: Institute for Economics and Peace (IEP)

# Da “paz negativa” à “paz positiva”: celebrar o ponto de viragem

Verificamos que a noção de paz varia no decurso do espaço e do tempo, de um contexto para outro. Certamente que quem nos lê reconhecerá que, por exemplo, uma pessoa que habite na faixa de Gaza, no seio do conflito israelo-palestiniano, uma pessoa indígena que habite na floresta amazónica ou uma pessoa que habite em Portugal terão experiências, representações e visões distintas sobre a guerra e a paz.

Ao longo da história, como a conhecemos a partir do nosso lugar de análise, em Portugal e na União Europeia, a paz tem sido entendida sobretudo a partir da sua negação, isto é, da ausência de guerra – o que corresponde ao conceito de “paz negativa”. Este entendimento prevalece até ao século XX, tendo-se, entretanto, expandido para se referir não apenas à ausência de guerra, mas antes à ausência de múltiplas formas de **violência direta**

(agressão, maus-tratos, abusos a nível físico, psicológico e emocional).

É só na segunda metade do século XX que é instituída a noção de “paz positiva”, entendida enquanto “integração da sociedade humana” (Galtung, 1964), um valor explícito que é necessário construir<sup>1</sup>. Este entendimento implica uma posição ativa de assumir responsabilidades e agir para a redução da violência em todas as suas manifestações, designadamente a **violência estrutural** (ou indireta), uma vez que mesmo em contextos de paz aparente, as estruturas sociais frequentemente impelem formas de violência sobre determinados grupos, como veremos no próximo capítulo. Compreende, assim, processos, atitudes, instituições e estruturas que criam e sustentam sociedades pacíficas.

A história da humanidade é atravessada por múltiplas guerras e conflitos. Mas é também um percurso feito na luta e conquista de direitos civis e políticos, de direitos económicos, sociais e culturais, crescentemente ampliados a todas as pessoas e todos os povos. A cronologia abaixo é um inventário que construímos como autoras deste percurso de aprendizagem e que intencionalmente convida quem nos lê a completar campos em branco, a acrescentar, retirar, reescrever a partir do seu próprio percurso.

<sup>1</sup> Em 1959, Johan Galtung funda o Peace Research Institute Oslo (PRIO), o primeiro centro de investigação independente focado nos estudos da paz.

INICIATIVAS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ E CONQUISTA DE DIREITOS

GUERRAS

Império Romano  
27 a.C.-476 d.C.

1095-1291  
Cruzadas

1206-1340  
Império Mongol

1192  
Instituição do governo militar no Japão

1337-1453  
Guerra dos Cem Anos

1494  
Tratado de Tordesilhas e a ambição de repartição do mundo

539 a.C.  
Cilindro de Ciro

Declaração, registada em argila, reconhecido como a primeira carta dos direitos humanos do mundo

1498  
Criação das misericórdias em Portugal pela Rainha Dona Leonor

Séc. XV  
Expansão Marítima

1618-1648  
Guerra dos Trinta Anos

1803-1815  
Guerras napoleónicas

Séc. XVI  
Revolução Francesa

Consagração dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade

Séc. XIX  
Primeiros movimentos sociais pacifistas

(após as guerras napoleónicas)

Séc. XVI  
Erasmus de Roterdão

Filosofia humanista e pacifista: "uma paz injusta é muito melhor do que uma guerra justa."

1838  
Primeiras manifestações do cooperativismo, com inspiração no socialismo utópico

(*Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale fundada em 1844*)

1863  
Fundação da Cruz Vermelha

A Cruz Vermelha foi fundada em 1863, perante as evidências atrozes da batalha de Solferino, constituindo-se enquanto organização humanitária neutra e independente que tem por missão ajudar as vítimas de conflitos armados e de violência. Henri Dunant, seu fundador, foi reconhecido com o primeiro Prémio Nobel da Paz, atribuído em 1901.

1964-1948  
Convenções de Genebra

As Convenções de Genebra surgiram também da iniciativa de Henri Dunant, realizando-se pela primeira vez em 1964, sendo o primeiro tratado de direito internacional a definir as normas de conduta em tempo de guerra, com base no princípio de respeito à dignidade humana. Os seus tratados foram elaborados durante quatro Convenções que aconteceram entre 1864 e 1949.

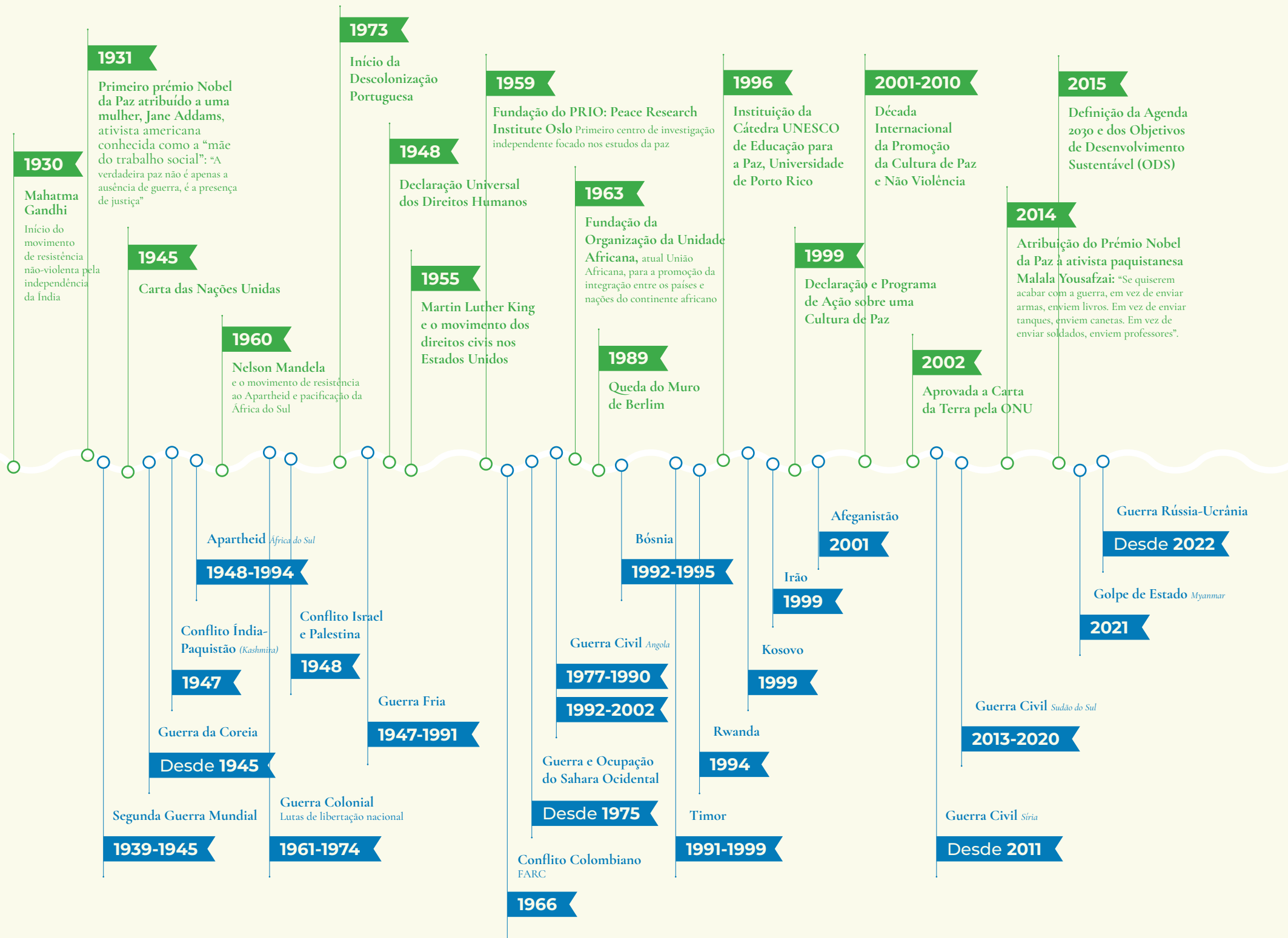
1890  
Ato Anti-Escravatura

Fascismos: Mussolini em Itália; Hitler na Alemanha; Salazar em Portugal e Franco em Espanha

1899 e 1907  
Conferência de Paz de Haia que cria os precedentes das práticas diplomáticas

1914-1918  
Primeira Guerra Mundial

1917-1923  
Guerra Civil Russa



Esta cronologia ilustra como a ideia de modernidade ocidental se constrói a partir da tensão entre guerra e paz; entre “guerra quente” (bélica) e “guerra fria” (paz sob ameaça); entre segurança e liberdade. A sensação de paz dominou o Ocidente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. No entanto, múltiplas guerras coexistiam na Europa e fora da Europa, como a guerra colonial portuguesa (1961-1974), Ocupação do Sahara Ocidental (desde 1975), a guerra civil em Angola (1977-1990; 1992-2002) os conflitos na Bósnia (1992-1995) e no Kosovo (1999), a Guerra Civil na Síria (desde 2011) e no Sudão do Sul (2013-2020), entre outros.

A perspetiva ocidental da história tende a simplificar, a universalizar as suas particularidades e a desvalorizar as experiências do hemisfério sul: quando a guerra é na Europa é qualificada como pré-mundial/mundial, quando é em África é local/civil (Mendonça, 2022). A guerra em curso na Ucrânia desde 2022 provocou uma comoção e mobilização internacionais sem paralelo com outras guerras fora da Europa. A perspetiva transmitida em Portugal relativamente à sua história de colonização, designadamente através dos manuais escolares de história, continua a basear-se na ideia de que o país foi um “bom colonizador” e a escravidão era

inevitável (Araújo e Maeso, 2016). Não obstante os limites, as críticas legítimas e os imensos desafios que a ambição de uma agenda de construção positiva da paz comporta, acreditamos que a sua chegada à agenda política à escala global é motivo de celebração. O fim da segunda Guerra Mundial marca uma viragem histórica fundamental, ao dar início ao trajeto que ainda hoje percorremos, de concertação a nível político internacional. Vejamos alguns pilares fundamentais desta agenda de construção da paz.

### Para saber e explorar mais

Existem várias outras cronologias que poderá explorar, por exemplo a “linha de tempo da paz positiva”: <https://positive-peace.org/timeline-of-peace>

A Carta das Nações Unidas, elaborada no pós Segunda Guerra Mundial, por representantes de cinquenta países, instituiu a Organização das Nações Unidas

(ONU), tendo como primeiro objetivo Manter a paz e a segurança internacionais. Desde então a ONU tem-se esforçado por ser um garante da paz através da sua Carta, das suas agências e da diplomacia. Em 2023, existem tribunais internacionais e um conjunto de instrumentos de direito humanitário relativos a crimes de guerra (sem prescrição), a restrições ao uso de algumas armas e à proteção de prisioneiros e não combatentes.

# Carta das Nações Unidas

Assinada a 26 de junho de 1945, proclama:

Nós, os povos das Nações Unidas

## **decididos**

A preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade;

A reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas;

A estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional;

A promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade;

## **e para tais fins**

A praticar a tolerância e a viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos;

A unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais;

A garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum;

A empregar mecanismos internacionais para promover o progresso económico e social de todos os povos;

**resolvemos conjugar os nossos esforços para a consecução desses objetivos.**

# Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz

Aprovada no âmbito da ONU, em 13 de setembro de 1999, pretende ser um **referencial orientador** para que **governos, organizações internacionais e sociedade civil** possam ser proativos na promoção de uma cultura de paz neste novo milénio.

Uma **cultura de paz** é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida, basados em:

- a) Respeito pela vida, fim da violência e promoção e prática de não-violência através da educação, diálogo e cooperação;
- b) Respeito pleno pelos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não-ingerência em matérias que sejam essencialmente da jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional;
- c) Respeito pleno e promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;
- d) Compromisso com a resolução pacífica de conflitos;
- e) Esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e de proteção ambiental das gerações presente e futuras;
- f) Respeito e promoção do direito ao desenvolvimento;
- g) Respeito e promoção da igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens;
- h) Respeito e promoção do direito de todas as personas à liberdade de expressão, opinião e informação;
- j) Adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento a todos os níveis da sociedade e entre nações.

Também a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - tem na sua origem a construção de uma cultura de paz, afirmando no preâmbulo da sua Constituição de 1945 que “uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz” (UNESCO, 2002). Esta agência especializada da ONU assume como propósito “contribuir para a paz e para a segurança”, por via da educação, da ciência e da cultura. Insere-se numa perspectiva de paz positiva que se constrói através do “respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais”. Sob a coordenação da UNESCO, década de 2001-2010 foi proclamada a Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência.

É também no âmbito da UNESCO que é instituída, em 1996, na Universidade de Porto Rico, a **Cátedra de Educação para a Paz**, ampliando as vozes do contexto Latino Americano nesta construção, designadamente a partir de perspectivas indígenas, subalternas e decoloniais, especialmente atentas às dimensões ecológica e emancipatória da paz e à sua diversidade e integralidade<sup>2</sup>. De facto, historicamente os processos dominantes

de edificação da paz, assim como os estudos da paz, foram desenvolvidos a partir do Norte, que implementava no Sul práticas “de cima para baixo”, negando as especificidades e complexidades de cada contexto, bem como o protagonismo que cada nação, população e comunidade deveria desempenhar na construção da sua paz. Alguns autores denominam esta abordagem de “paz liberal” ou “colonizadora”, à qual contrapõem as perspectivas da “paz subalterna”, desde baixo (Cruz e Fontan, 2014) e de “paz integral” (Forero, 2014) enquanto abordagens alternativas para construir uma cultura de paz local e sustentável a longo prazo.

<sup>2</sup>  
Ver: <https://unescopaz.uprrp.edu/>; Suliveres e Morán, 2020.

---

# Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência

Foi escrito por um grupo de vencedores do Prémio Nobel da Paz com o objetivo de apelar à participação e **responsabilidade de cada pessoa na criação de uma cultura de paz e não-violência**, procurando traduzir as Resoluções da ONU numa linguagem mais acessível e relevante para todos os povos da Terra, sintetizada em seis compromissos.

**Assumo o compromisso, na minha vida quotidiana, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região, de:**

## **1. RESPEITAR TODAS AS VIDAS**

Respeitar a vida e a dignidade de todos os seres humanos sem discriminação nem preconceitos.

## **2. REJEITAR A VIOLÊNCIA**

Praticar a não violência ativa, rejeitando a violência sob todas as formas: física, sexual, psicológica, económica e social, em particular para com os mais desprotegidos e vulneráveis, tais como crianças e adolescentes.

## **3. PARTILHAR COM OUTROS**

Partilhar o meu tempo e os meus recursos materiais cultivando a generosidade, com o objetivo de pôr fim à exclusão, injustiça e à opressão política e económica.

## **4. OUVIR PARA COMPREENDER**

Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a capacidade de ouvir e de dialogar sem ceder ao fanatismo, à difamação e à rejeição do próximo.

## **5. PRESERVAR O PLANETA**

Promover um consumo responsável e práticas de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e que preserve o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.

## **6. REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE**

Contribuir para o desenvolvimento da minha comunidade com a participação plena das mulheres e respeitando os princípios democráticos, com vista a criar, em conjunto, novas formas de solidariedade.



# Carta da Terra

A iniciativa da Carta da Terra surgiu no seguimento da Cúpula da Terra que decorreu em 1992, no Rio de Janeiro, tendo por objetivo produzir uma declaração global consensual de valores e princípios para um futuro sustentável. O documento foi desenvolvido ao longo de quase uma década, através de um extenso processo de consulta a nível internacional, para o qual cerca de cinco mil pessoas contribuíram, inspirando-se ainda numa variedade de fontes: ecologia, tradições filosóficas e religiosas do mundo, literatura sobre ética global, meio ambiente e desenvolvimento, experiências práticas dos diferentes povos do mundo, entre outras (Von, 2014).

A Carta foi aprovada no âmbito da ONU em 2002 e constitui um marco ético para ações de construção de uma sociedade global mais justa, sustentável e pacífica no século XXI. Integra dezasseis princípios estruturados em torno de quatro pilares: Respeito e Cuidado com a Comunidade da Vida; Integridade Ecológica; Justiça Social e Económica; Democracia, Não-Violência e Paz.

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em 2015 as Nações Unidas aprovaram a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Dois dos 17 objetivos abordam explicitamente a cultura da paz:

**ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

**ODS 4 – Educação de qualidade.** Meta 4.7: Até 2030 garantir que todos os/as estudantes adquirem conhecimentos e competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, através da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

# Perplexidades, factos e números do mundo de hoje

Mahatma Gandhi afirmava que “a pobreza é pior forma de violência”. **Que paz pode existir quando mais de 60% da população mundial vive em situação de pobreza?** **Que paz pode existir quando o comércio de armas alimenta conflitos e violência em todo o mundo?** **Quando dos seis países que são responsáveis pela produção de 78% do armamento mundial (China, França, Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos)<sup>3</sup>, cinco são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU?**

<sup>3</sup>  
Segundo dados  
da Amnistia  
Internacional.

## *Conflitos Armados no mundo em 2022* Localização e tipo de evento

Fonte: ACLED - [Armed Conflict Location & Event Data Project](#),  
período temporal: 02/12/2021 - 02/12/2022.



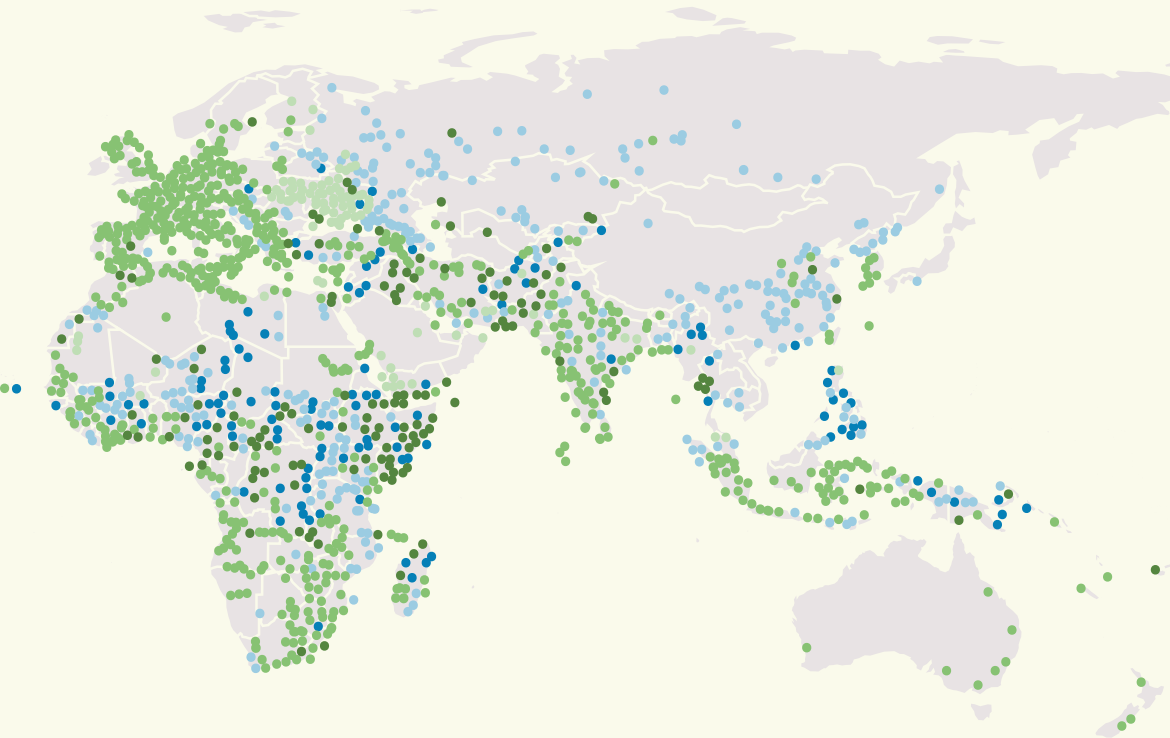
O Índice de Paz Global (IPG) é o primeiro indicador de paz a nível mundial e nacional, elaborado pelo Instituto para a Economia e Paz. Utiliza 23 indicadores, qualitativos e quantitativos (selecionados

por um painel internacional de peritos e revistos regularmente), para medir o estado da paz nos países em torno de três domínios principais:

- Nível de segurança e proteção social;
- Extensão de conflito interno e externo;
- Grau de militarização.

Os resultados do IPG de 2022, que abrangeu 163 países, mostram que o mundo se tornou menos pacífico, com uma deterioração do nível médio de paz a nível global em 0,3% face ao ano anterior e em 3,2% face a 2008 (quando o IPG foi aplicado pela primeira vez), evidenciando que os países tentem a deteriorar mais rapidamente do que a velocidade das melhorias. O Afeganistão é o país menos pacífico do mundo, seguido pelo Iémen, Síria, Rússia e Sul do Sudão, sendo que todos estes países têm estado entre os dez países menos pacíficos nos últimos três anos. Por sua vez, os cinco países com maior deterioração da paz foram a Rússia, Ucrânia, a Guiné, o Burkina Faso e o Haiti.

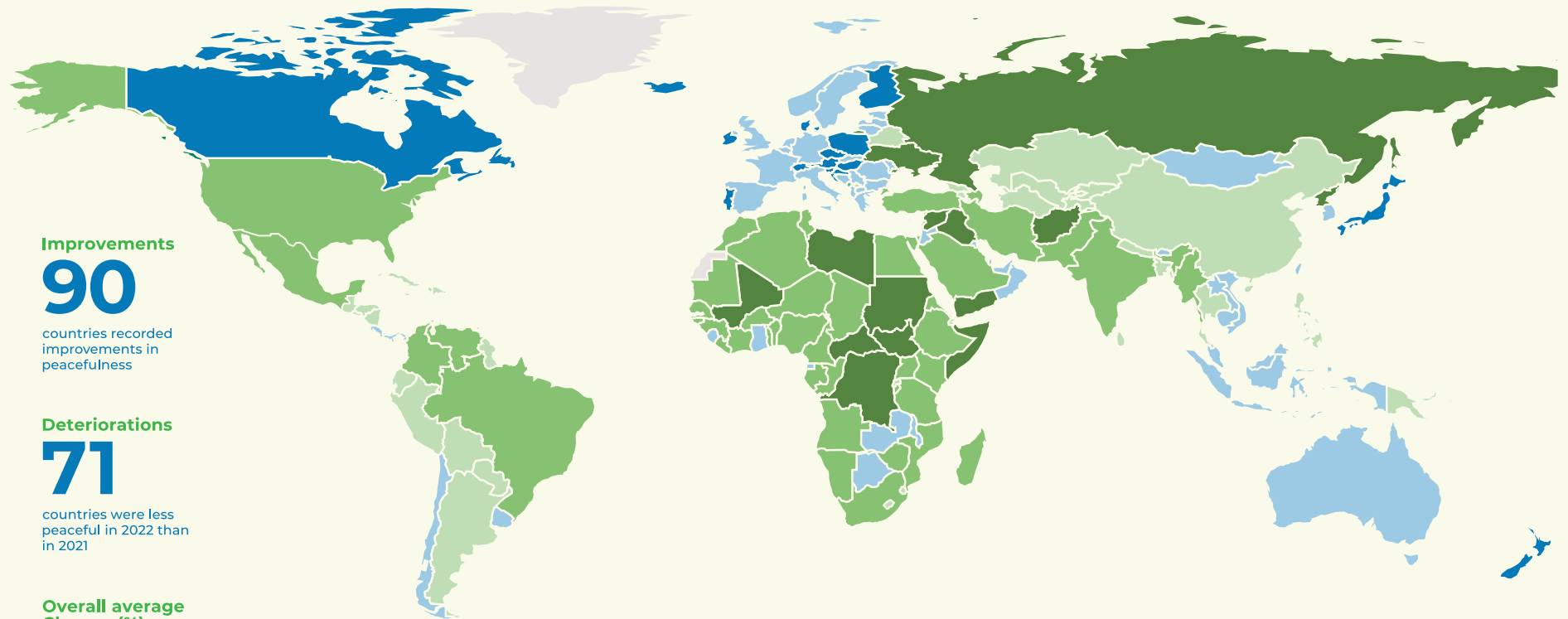
O impacto económico da violência na economia global equivale a 10% da atividade económica do mundo (16,5 mil milhões de dólares).



## 2022 Global Peace Index

### Measuring Peace in a Complex World

Fonte: IEP, 2022.



#### Improvements

# 90

countries recorded improvements in peacefulness

#### Deteriorations

# 71

countries were less peaceful in 2022 than in 2021

#### Overall average Change (%)

# +0.3

The average level of global peacefulness deteriorated by 0.3 per cent in the 2022 Global Peace Index

#### The State of Peace

Very high High Medium Low Very low Not included

## E Portugal? Sabe que lugar ocupa Portugal neste índice?

### Para explorar e saber mais

Conheça os dados do índice de Paz Global em detalhe no mapa e relatórios disponíveis online:

<https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>

Conheça melhor a Agenda 2030 dos objetivos de desenvolvimento sustentável: <https://rumo2030.pt/wp-content/uploads/2021/03/ABC-ODS-Professores.pdf>



# 2

## Das violências e suas causas à não violência como forma de luta

---

**P. 23-27** *Reconhecer diferentes tipos de violência*

**P. 28-30** *Compreender as causas da violência estrutural e sistêmica*

**P. 30-32** *Entre o conflito e a violência: margens para o cultivo da paz*

**P. 33-37** *O monopólio da legitimidade da violência pelo Estado e a cultura da não violência*

**P. 38-39** *Escutando vozes pela paz do planeta*

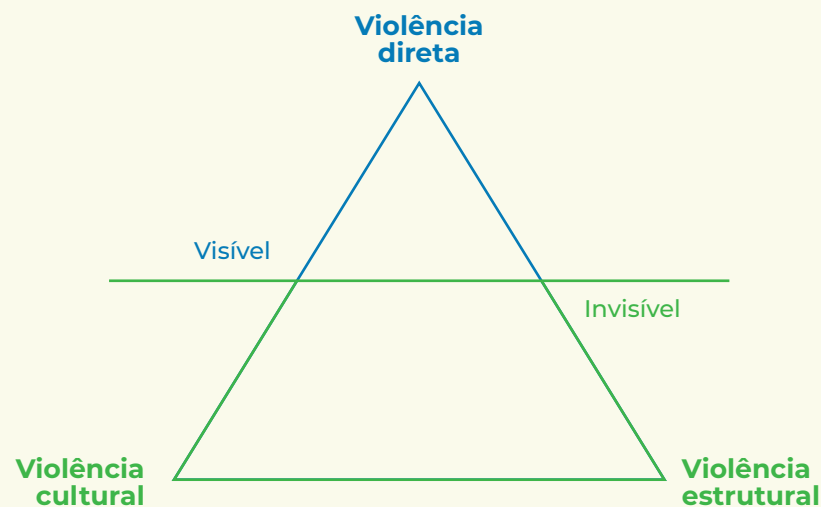
# Reconhecer diferentes tipos de violência

No campo da educação para a paz, a violência pode ser definida como qualquer dano evitável e infligido por humanos a pessoas, a sociedades e ao ambiente, incluindo todas as entidades vivas que o partilham conosco (Reardon, 1999). Existem diversas tipologias de violência. Galtung (1990), pioneiro nos estudos da paz, identificou **três tipos principais de violência**, que são comumente referidos nas diferentes abordagens à paz:

- A **violência direta** é aquela que é exercida de forma direta por um ator com o objetivo de causar dano a alguém ou alguma coisa (desde atos individuais, como uma agressão ou violência doméstica, até atos coletivos, como a guerra), podendo ser física, psicológica e emocional.
- A **violência estrutural** diz respeito a todas as formas de tratamento desigual, opressão e discriminação inscritas no sistema socioeconômico e nas organizações, impedindo determinados

grupos sociais de satisfazer as suas necessidades e desenvolver o seu potencial (por exemplo, a pobreza, as desigualdades, a precariedade).  
– A **violência cultural** (ou simbólica) refere-se aos aspetos da cultura que são usados para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural (por exemplo, a etnia, religião, ideologia, ciência).

## *O modelo de conflito segundo Galtung*



Posteriormente, outros autores acrescentaram a estes três tipos o da **violência ecológica**, para incluir também os danos causados pelos seres humanos à natureza, ao planeta Terra e às vidas não-humanas (por via da poluição, consumismo, extrativismo, destruição de ecossistemas).

Desde o México, o conceito de **paz integral** remete à eliminação de “todas as violências estruturais, diretas, culturais, simbólicas e ambientais que impedem condições de vida harmoniosas para indivíduos, famílias, coletivos e a população em geral” (Forero, 2014, p. 125).

A partir destas diferentes abordagens, a tabela abaixo é uma matriz<sup>4</sup> que o/a leitor/a poderá usar para mapear diferentes tipos de violência:

<sup>4</sup>  
Inspirado em  
Navarro-Castro e  
Nario-Galace, 2019.

**Refleta sobre diferentes casos de violência e como eles se situam nesta matriz**



## Matriz de violências

| TIPO/NÍVEL DE VIOLÊNCIA | PESSOAL   | INTERPESSOAL COMUNIDADE  |
|-------------------------|---|--|
| <b>Direta</b>           | Suicídio<br>Comportamentos aditivos e dependências  | Violência física<br>Criminalidade<br>Violência doméstica<br>Violência no namoro  |
| <b>Estrutural</b>       | Privação das necessidades básicas<br>Ausência de poder/Incapacidade<br>Sentimentos de Avassalamento | Privação das necessidades básicas<br>Desigualdades locais<br>Pobreza<br>Precariedade   |
| <b>Cultural</b>         | Privação de direitos humanos<br>Baixa autoestima  | Privação de direitos humanos<br>Discriminação<br>Racismo<br>Sexismo<br>Intolerância religiosa entre outras formas de estigmatização) |
| <b>Ecológica</b>        | Excesso de consumo<br>Desperdício   | Excesso de consumo<br>Desperdício<br>Agricultura intensiva   |



**NACIONAL****GLOBAL**

Guerra civil  
Milícias  
Crime organizado  
Extermínio

Conflito armado  
Guerra fria  
Violação de Direitos Humanos

Desigualdades nacionais  
Pobreza  
Precariedade  
Violência institucional

Desigualdades globais  
Pobreza  
Imperialismo

Repressão e Desrespeito  
de Direitos Humanos  
Discriminação  
Racismo  
Sexismo  
Intolerância religiosa  
Colonialidade

Repressão e Desrespeito  
de Direitos Humanos  
Discriminação  
Racismo  
Sexismo  
Intolerância religiosa  
Colonialidade

Extrativismo  
Poluição química  
Guerra biológica  
Dependência de combustíveis fósseis  
Radiação nuclear

Extrativismo  
Poluição química  
Guerra biológica  
Dependência de combustíveis fósseis  
Radiação nuclear

## Violência no namoro em Portugal

O Estudo Nacional sobre Violência no Namoro, realizado pela UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, indica a prevalência de diferentes formas de violência no namoro que frequentemente são legitimados e não são reconhecidas como formas de violência. Entre os/jovens inquiridos, 67,5% não percecionam como violência no namoro, pelo menos, 1 das seguintes formas de violência: controlo, violência psicológica, violência sexual, perseguição, violência através das redes sociais e violência física.

## Formas de violência no namoro não percecionadas como violência

Fonte: Magalhães, 2023.



## *Ciganofobia e discriminação estrutural das comunidades ciganas*

<https://www.youtube.com/watch?v=w7PA6nv9-xo>



## *Violência dos Direitos Humanos na detenção de imigrantes*

Global Detention Project <https://www.globaldetentionproject.org>

## *Violência institucional nas instituições de encarceramento*

Observatório Europeu das Prisões <http://www.prisonobservatory.org>

## *Agroextrativismo no Mar Menor*

(o mar mais pequeno em Espanha) e a conquista enquanto primeiro ecossistema na Europa a ter personalidade jurídica



<https://ilpmarmenor.org>

# Compreender as causas da violência estrutural e sistêmica

As causas da violência são múltiplas e complexas, incluindo fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, históricos, ambientais, entre outros. Prendem-se com relações de poder, de desigualdade e de opressão (Galtung, 1969). Se os níveis de poder diferenciados são inalienáveis a cada circunstância (a pessoa que lidera um movimento, que modera uma sessão, terá mais poder nessa circunstância), a questão coloca-se quando essa desigualdade se torna estrutural e sistêmica, resultando em relações de dominação, na distribuição desigual de recursos, de oportunidades e de liberdade de escolha a nível individual e coletivo, portanto, em violência sistêmica. Por isso, o grande desafio dos estudos e da educação para a paz é a compreensão das violências, sobretudo as violências estruturais e culturais (Pureza, 2018).

## Desafios de experimentação ao leitor

Pense em situações de violência estrutural ou cultural que se verificam à sua volta ou em geografias mais distantes (por exemplo, a precariedade da vida de determinados grupos sociais, a discriminação que imigrantes de determinadas nacionalidades experienciam na nossa sociedade, o despejo de famílias para construção de um condomínio de luxo, os impactos das alterações climáticas sobre os meios de subsistência de comunidades piscatórias ou agrícolas). Quais considera serem as principais causas destas diferentes situações de violência?

- Algumas pessoas poderão considerar que as situações de violência fazem parte da nossa vida em sociedade, regulada pelas forças do mercado e dos governos nacionais.
- Outras poderão argumentar que os modelos econômicos atuais, em particular o sistema capitalista assente no crescimento econômico incessante, são a principal fonte de exclusão, opressão e conflito.
- Outras, de forma interligada com o argumento anterior, poderão associar a origem dos conflitos e guerra aos interesses de determinados governos

e agentes econômicos que beneficiam diretamente da indústria de armamento e da militarização do mundo.

- Outras pessoas destacarão que as violências e conflitos a que assistimos hoje são resultado do imperialismo e colonialismo dos séculos passados, que se atualizam sob novas formas de colonialidade assentes na negação da autonomia do outro.
- Para um número crescente de pessoas, a principal fonte ameaça para o planeta é a crise climática e o modelo extrativista que lhe está associado.
- Outras poderão centrar-se no crescimento populacional exponencial que coloca limites à disponibilidade de recursos para a população mundial e constitui uma fonte principal de conflitos violentos.
- Para outras, sobretudo a partir de vozes indígenas que nos chegam do hemisfério Sul (Antônio Bispo dos Santos, Ailton Krenak), o âmago da questão estará na imposição de uma ideia universal de humanidade, uma “monocultura” e “convergência”, ao invés da confluência entre a vida plural dos povos deste planeta.
- Outras, ainda, poderão considerar que a origem desses problemas está na falta de “paz interior” e que o aumento gradual da consciência espiritual e da consciência global permitirá alcançar as mudanças necessárias.

Debrucemo-nos sobre o que nos diz a literatura sobre algumas destas perspetivas.

## **Violência estrutural do sistema capitalista**

Tratando-se de uma violência que é estrutural e sistémica significa que ela é constitutiva do sistema que organiza as nossas sociedades. Autores como Alliez e Lazzarato (2021) argumentam que a guerra é um princípio de organização das sociedades capitalistas. Referem-se a “guerras”, no plural, pois consideram que estas atingem as múltiplas dimensões da vida: guerra de classes, militares, civis, de sexo, de etnia, raça, de nacionalidade, de subjetividade, ecológicas, etc. Guerras que se atualizam no presente momento histórico em que o caráter racista, nacionalista, machista e xenófobo dos novos fascismos redefine desigualdades e acentua polarizações.

Sob um outro ponto de vista, Vandana Shiva argumenta que a violência tem na origem a separação sobre a qual são erguidos os paradigmas de desenvolvimento do capitalismo:

“A separação é a característica chave dos paradigmas que emergem da convergência de valores patriarcais e do capitalismo.

Primeiro, a natureza é separada dos humanos; depois, os humanos são separados com base no género, religião, casta e classe. Esta separação do que está inter-relacionado e interligado é a raiz da violência - primeiro na mente, depois nas ações quotidianas.” (Shiva, 2019, p. 6, In *Pluriverse*)

## **Imperialismo, (neo)colonialismo e colonialidade**

José Manuel Pureza, especialista nos estudos da paz, considera que no campo das violências estruturais, aquela que é a mais complexa e dura é “a precariedade das vidas” enquanto nova forma de colonialidade:

“Não apenas a que se expressa na vulnerabilização dos regimes jurídicos laborais, mas também a que se traduz na criminalização das migrações ou a que, em escala mais ampla, se manifesta na perda de densidade da autodeterminação como referência central da autonomia. Essas são violências de colonialidade porque se assentam, todas elas, na negação da autonomia do outro.” (Pureza, 2018, p. 84-85).

## **Indústria de armamento**

Também os interesses económicos de determinados grupos e países têm um

papel relevante em alimentar a violência e a guerra, como nos lembra Luísa Teotónio Pereira:

“...queremos a paz, mas o que fazer face a um poder totalitário que se afirma militarmente, que recebe armas fabricadas em complexos industriais que dão emprego a milhares de cidadãos, cujo comércio faz crescer o PIB e pode contribuir para o financiamento dos sistemas nacionais de apoio social?” (Pereira, 2016, p. 10)

## **Polarização e extremismo**

A proliferação de discursos de ódio e a emergência de governos antidemocráticos pelo mundo ao longo dos anos 2010 e 2020 está associada a uma negação do outro, apontado como a origem do mal. Assistimos à emergência de narrativas simplistas que exploram os medos e inseguranças das pessoas, que enfrentam muitas dificuldades na vida, e introduzem um estado permanente de guerra e de produção de inimigos, o que tem um grande potencial de mobilização (Dunker, 2022). O Barómetro de Confiança de Edelman (2023) identifica quatro indicadores/ fatores de polarização nos países com base num questionário aplicado a 32 mil respondentes de 28 países diferentes:

– **Ansiedade económica:** decréscimo

do otimismo em relação ao futuro (melhoria das condições de vida da família);

– **Desequilíbrio institucional:** percepção do governo como pouco ético e incompetente e falta de confiança na generalidade das (com menos confiança do que o setor empresarial);

– **Divisão de classes:** As pessoas com rendimentos mais elevados têm uma maior confiança nas instituições do que as pessoas com rendimentos mais baixos;

– **Batalha pela verdade:** uma baixa confiança nos meios de comunicação social e os silos das redes sociais tornaram mais difícil a resolução de problemas de forma colaborativa.

O relatório observa que a polarização é, simultaneamente, causa e consequência de desconfiança (em relação ao governo, às instituições sociais, aos media, ao futuro), ao mesmo tempo que é alimentada pelo enfraquecimento do tecido social.

### Disputas de recursos

Ainda no contexto do modelo económico dominante, que frequentemente sobrepõe a maximização de lucros ao bem-estar das pessoas e do planeta, a depredação de recursos naturais é uma fonte de violência ecológica e estrutural contra as

comunidades autóctones. O documentário Belo Monte, Anúncio de uma Guerra retrata uma das lutas de indígenas e ambientalistas pela preservação da amazónia.

### Negações

Em síntese, a abordagem da EDCG “de outro modo” do coletivo *Gestos rumo a futuros decoloniais* (Andreotti et al., 2019) identifica quatro negações estruturais que é preciso tomar consciência para enfrentar a violência sistémica:

- a negação dos limites do planeta (o facto de que o planeta não pode sustentar crescimento e consumo exponencial);
- a negação da violência sistémica e a nossa cumplicidade na reprodução da mesma (o facto de que nossos confortos, seguranças e prazeres serem subsidiados pela expropriação e exploração em outro lugar);
- a negação das interdependências e do nosso emaranhamento (a ilusão de nos vermos separados uns dos outros e da terra, em vez de “emaranhados” dentro de um “metabolismo vivo mais amplo que é biointeligente”);
- a negação da profundidade e magnitude dos problemas que enfrentamos, designadamente através

da tendência de buscar “esperança” em “soluções simplistas que nos fazem sentir e parecer bem” e de evitar abordagens que exijam um trabalho mais difícil e doloroso (por exemplo, focando num “futuro melhor” como forma de escapar de uma realidade que é percebida como insuportável).

## Entre o conflito e a violência: margens para o cultivo da paz

Para passar da compreensão da guerra e da violência para a construção da paz precisamos de compreender os mecanismos entre o conflito e a violência e os sistemas (legais e jurídicos) que existem para a sua regulação.

Uma noção que importa ter presente é a distinção entre violência e conflito. Para isso, partimos das definições apresentadas por um grupo de especialistas nesta área (Fisher *et al.*, 2000):

- O **conflito** é uma relação entre duas

ou mais partes (indivíduos ou grupos) que têm, ou pensam que têm, objetivos divergentes;

– A **violência** consiste em ações, palavras, atitudes, estruturas ou sistemas que causam danos físicos, psicológicos, sociais ou ambientais ou impedem as pessoas de alcançar o seu potencial pleno.

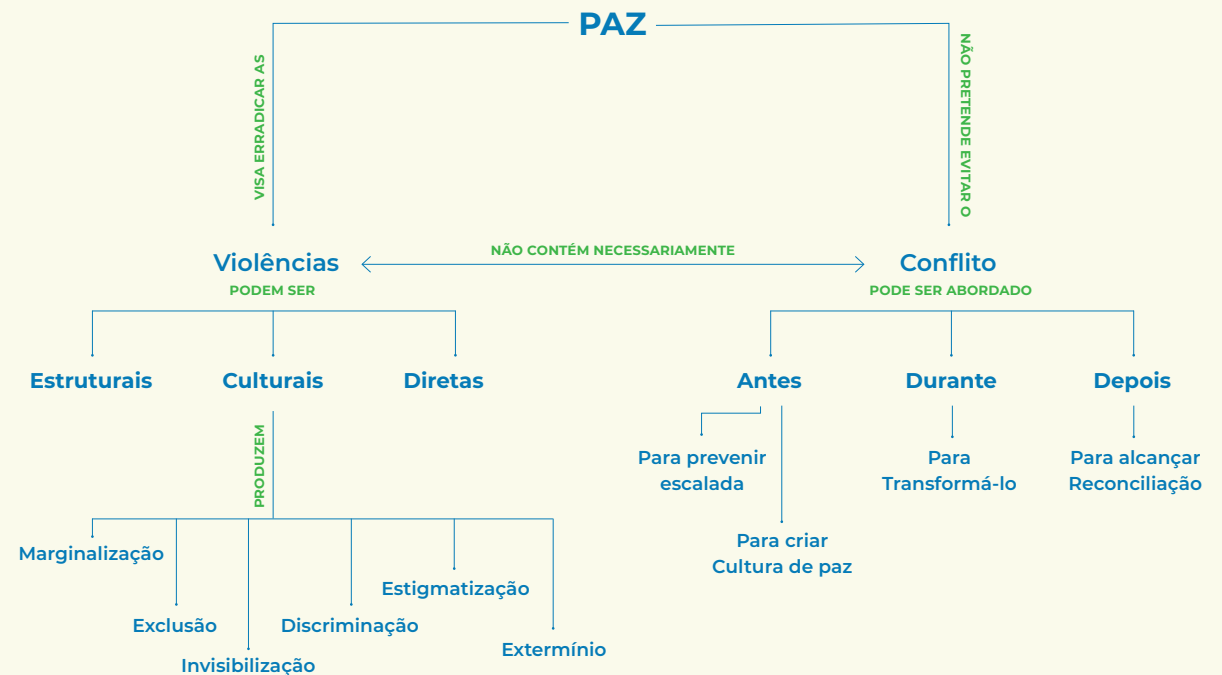
O conflito é algo intrínseco às relações sociais e humanas, em todos os seus níveis: relações entre pessoas, grupos, organizações, comunidades, nações. É inerente e necessário a qualquer relação, à própria vida em democracia e na diversidade. O conflito permite gerar a construção coletiva e transformação.

A forma como lidamos com os conflitos pode estar na origem de diferentes formas de violência ou, inversamente, pode ser um processo construtivo e contribuir para transformar a situação de conflito.

O esquema abaixo, elaborado a partir da experiência da Universidade de Antioquia na Colômbia no desenvolvimento de um programa de Educação para a Paz (Lopera, 2014), sintetiza estas relações complexas, colocando a paz como categoria central, que não pretende evitar os conflitos, mas sim erradicar as violências (paz positiva) ►

## Um mapa possível para a paz desde a escola

Fonte: Lopera, 2014



A partir desta clarificação de conceitos e das suas relações é possível identificar margens para a construção da paz. Ou seja, distinguir caminhos, não apenas de combater as violências, mas também de gerir os conflitos procurando impedir a sua escalada e de construir contextos, educativos e outros, onde se promove uma cultura de paz e se fomenta assim a prevenção de conflitos que alcançam dimensões insanáveis.

Assim, uma linha importante de abordagem tem-se desenvolvido em torno da noção de transformação do conflito que pretende incorporar diferentes níveis de conflito, bem como as múltiplas camadas que compõem as sociedades, o Estado e a organização global.

Cohen, Varea e Walker,  
citado por Olloriak, 2012,  
p. 14

“

*A transformação do conflito significa “trabalhar por uma maior justiça social e económica enfrentando dinâmicas opressivas, amplificando as vozes dos que pertencem a grupos menos poderosos, e construindo alianças para a mudança. Inclui o fomento de relações de respeito, compreensão e confiança através das diferenças de cultura, etnia, sexo, idade, classe económica, sexualidade e identidades nacionais. Para além da transformação das relações, as leis e políticas devem ser alteradas para que as instituições e símbolos culturais de uma sociedade sejam inclusivos e apoiem o desenvolvimento de todos os grupos.”*

”

**O que existe então entre o conflito e a violência? De que formas se manifestam e regulam nas sociedades contemporâneas?**



# O monopólio da legitimidade da violência pelo Estado e a cultura da não violência

É ao Estado que cabe o controlo dos meios legítimos de violência e a regulação dos conflitos, através do sistema legal e jurídico e das forças de segurança, enquanto garante do sistema democrático. Mas existem limites ao controlo dos meios legítimos de violência pelo Estado? E fora do Estado, a violência é algo intrinsecamente negativo e ilegítimo, ou, em determinadas circunstâncias, pode ser legítima?

Vejamos alguns exemplos históricos deste dilema.

Nelson Mandela começou a luta contra o Apartheid como defensor da não violência, mas houve um momento de viragem em que o movimento enveredou pela luta

armada, só mais tarde regressando à pacificação.

Na defesa pelos direitos civis dos negros nos EUA, foi a adesão ou não a estratégias de violência direta e armada que distinguiu o posicionamento de dois grandes líderes, Martin Luther King, defensor da não violência e Malcom X. Esta oposição é também uma das características que distinguem os conflitos latentes entre os

movimentos independentistas bascos e catalães face ao Estado Espanhol.

## Para explorar e saber mais

**O exemplo de Mandela – Luta contra o Regime do Apartheid em África do Sul:**

<https://youtu.be/UvrIdiPjoPY>



*E quando a violência (direta) é cometida pelo Estado?*



Existe uma **violência estrutural** que atravessa os nossos sistemas jurídicos, económicos e sociais. Veja-se, por exemplo, o racismo sistémico presente nas nossas instituições (conforme apontamos no estudo sobre Justiça Social); veja-se a atuação policial perante o movimento de ocupação pelo “fim ao fósil”, ou várias decisões judiciais que culpabilizam as vítimas em casos de assédio sexual.

O Consórcio de Jornalistas de Investigação publicou em Novembro de 2022 um trabalho que revela como cerca de 600 membros das forças de segurança portuguesas (PSP e GNR) usaram as redes sociais para praticar crimes de discriminação racial e religiosa, incitamento ao ódio e à violência, coação contra órgãos institucionais, difamação, entre outros.

No campo da construção “positiva” da paz importa falar da cultura da **não-violência**.

A história da não-violência tem duas tradições principais: a pacifista e a pragmática (Johansen, 2007):

- A tradição pacifista inclui ideias, aspetos e visões não-violentas provenientes de religiões, filosofias,

### Discriminação de pessoas imigrantes nos serviços públicos em Portugal

O relatório “Discriminação de pessoas imigrantes nos serviços públicos em Portugal”, desenvolvido no âmbito do projeto *#Migramyths*, evidencia várias formas de violência institucional experienciadas por imigrantes nos serviços públicos em Portugal, as quais são acentuadas por questões de

género, raça e classe (Costa, 2022). No relatório destaca-se o preconceito linguístico e a xenofobia. Em diferentes serviços públicos, pessoas de origem brasileira sofrem agressões em relação ao seu uso da língua portuguesa e com base em preconceitos associados à sua nacionalidade.

éticas e estilos de vida. Em geral, esta tradição considera que o uso da violência é moralmente errado, opondo-se a todas as formas de agressão sobre seres humanos e outros seres vivos, como era, por exemplo a linha de Mahatma Gandhi.

– A tradição pragmática considera que as ações não-violentas são importantes e eficazes enquanto instrumento político, enquanto um conjunto de técnicas e enquanto meio de comunicação, seja para revoluções, para movimentos sociais ou como sistema de defesa.

Enquanto as pessoas adeptas da escola pacifista utilizam por vezes os métodos da

tradição pragmática, o mesmo não acontece em sentido inverso, já que quem segue a abordagem pragmática geralmente não partilha uma visão pacifista. Na atualidade é possível observar um declínio das abordagens pacifistas e uma proliferação do uso ativo da não-violência de forma pragmática, designadamente pelos novos movimentos sociais.

## A força da não-violência

No livro *A força da não-violência*, Judith Butler (2021) explora a não-violência como estratégia capaz de revelar formas de violência estruturais e repressivas, mas também de canalizar as tensões da vida social para uma noção radical e redentora de equidade.

A autora inicia a obra deslocando os argumentos morais sobre ser a favor ou contra a violência para o debate sobre como a violência é definida, que formas assume e quem é designado de “violento”. Por exemplo, Butler baseia-se em dados estatísticos para mostrar como diferentes categorias raciais de pessoas são expostas a taxas mais elevadas de pobreza e de mortalidade, argumentando que isto é uma forma de violência institucional, um aspeto implíci-

to de políticas e instituições que distingue entre vidas que merecem ser preservadas e aquelas que não merecem ser preservadas.

Nesta perspetiva, a violência é definida como um ataque à interdependência social que caracteriza a vida: um ataque aos laços sociais que nos unem neste sistema de interdependência.

A sua proposta de não-violência contrapõe-se a uma noção individualista que frequentemente a associa a uma retirada do mundo pela via espiritual e/ou à passividade perante as injustiças no nosso mundo. Pelo contrário, assenta na crítica ao individualismo enquanto base da ética e da política e recusa-se a reproduzir a violência desse sistema. Trata-se de uma prática coletiva de resistência motivada pelo reconhecimento da injustiça social e pela luta política por

### Para explorar e saber mais

Em “Adeus às Armas – que foi do pacifismo” José Manuel Pureza define quatro desafios atuais do movimento pacifista (2022), conheça aqui:

<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/104867/1/Quatro%20desafios%20para%20o%20movimento%20pacifista.pdf>

A abordagem pragmática de não-violência tem multiplicado táticas.

## 198 métodos de ação não-violenta

Gene Sharp compilou, em 1970, 198 métodos foram pensados como forma de ação não-violenta, agrupados em:

Fonte:  
<https://medium.com/textura/198-m%C3%A9todos-de-a%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-violenta-b7bc237a008>

### MÉTODOS DE PROTESTO NÃO-VIOLENTO E DE PERSUASÃO

Declarações Formais  
 Comunicações com um público mais amplo  
 Representações do Grupo  
 Atos públicos simbólicos  
 Pressões a indivíduos  
 Teatro e Música  
 Passeatas  
 Honras aos mortos  
 Assembleias Públicas  
 Retirada e Renúncia

### MÉTODOS DE DE NÃO-COOPERAÇÃO SOCIAL

Ostracismo de pessoas  
 Não-cooperação com eventos sociais, costumes e Instituições  
 Retirada do sistema social

### MÉTODOS DE DE NÃO-COOPERAÇÃO POLÍTICA

Rejeição de autoridade  
 Não cooperação dos cidadãos com o governo  
 Alternativas dos cidadãos à obediência  
 Ação do Pessoal do Governo  
 Ação Governamental Doméstica  
 Ação Governamental Internacional

### MÉTODOS DE DE NÃO-COOPERAÇÃO ECONÓMICA

Boicotes económicos  
 Greve

### MÉTODOS DE DE INTERVENÇÃO NÃO VIOLENTA

Intervenção Psicológica  
 Intervenção Física  
 Intervenção Social  
 Intervenção Económica  
 Intervenção Política

### Mas quais são os limites à não-violência? Até que ponto a não-violência é uma opção?

O dilema de usar a violência ou a guerra em nome da paz ou da construção de uma nova ordem é antigo e encontra argumentos contra e a favor em diferentes espectros políticos. Muitas das autodeterminações nacionais em África, como noutros continentes, só foram alcançadas por meio da guerra.

O enunciado do lado levanta várias questões centrais na reflexão sobre os paradoxos da violência: Qual o lugar que a violência pode ocupar na construção de um mundo melhor? O que explica a reafirmação de ideais fascistas na atualidade, quando pensávamos que as nossas sociedades democráticas e plurais eram já uma conquista inquestionável? Como fazer com que as ideias fascistas e os discursos de ódio não tenham adesão e se coloquem como inconciliáveis com os valores democráticos?

## Escutando vozes pela paz do planeta

A partir dos vários hemisférios, com destaque para os povos indígenas milenares do continente americano, várias vozes se têm insurgido em oposição à violência contra a Terra, em oposição a um sistema socioeconómico insustentável, assente na extração intensiva de recursos da natureza e na destruição de ecossistemas (extrativismo).

Várias frentes se têm aberto visando o restabelecimento de paz com o planeta e

os seus ecossistemas, visando uma deslocação do nosso centramento no humano (antropocentrismo) para um centramento na Terra, da qual os seres humanos são parte integrante, mas em pé de igualdade com todas as outras formas de vida (ecocentrismo). Estas iniciativas desdobram-se em três frentes principais:

– Mobilização social/ativismo – por exemplo, o movimento global [Extinction Rebellion](#);

### Há lugar para a violência na luta por um mundo melhor? Pode a violência ser construtiva?

A peça “Catarina e a beleza de matar fascistas”, de Tiago Rodrigues, passa-se em 2028 num Portugal distópico governado pela extrema-direita. Coloca-nos perante uma família ficcional que nos faz embater de frente com questões muito reais:

Esta família mata fascistas. É uma tradição antiga que cada membro da família sempre seguiu. Hoje, reúnem-se numa casa no campo, no Sul de Portugal, perto da aldeia de Baleizão. Uma das jovens da família, Catarina, vai matar o seu primeiro fascista, raptado de propósito para o efeito. É um dia de festa, de beleza e de morte. No entanto, Catarina é incapaz de matar ou recusa-se a fazê-lo. Estala o conflito familiar, acompanhado de várias questões. O que é um fascista? Há lugar para a violência na luta por um mundo melhor? Podemos violar as regras da democracia para melhor a defender? Entretanto, surge por vezes o fantasma de uma outra Catarina, a ceifeira Catarina Eufémia que foi assassinada em 1954 em Baleizão durante a ditadura fascista. Catarina Eufémia aparece durante a noite, enquanto a família dorme, para conversar com o fascista de 2028 que aguarda o seu destino.

– Investigação e produção de conhecimento – por exemplo, a agência de investigação [INTERPRT](#) focada em questões de justiça ambiental;

– Iniciativas legislativas pelos direitos da natureza e pela criminalização de atentados contra a natureza (ecocídio) e batalhas jurídicas perante esses atentados – por exemplo, a [campanha para tornar o ecocídio um crime internacional](#).

## Outras vozes



### Vozes da Floresta

Ailton Krenak sobre o ataque contra a flor esta e contra o povo da floresta:

<https://www.youtube.com/watch?v=KRTJH1os4w>

Cátedra UNESCO de Educación para la Paz  
Universidad de Puerto Rico

Como parte de las actividades vinculadas a la Conferencia Magistral 2013-2014, la Cátedra UNESCO Educación para la Paz invita a:

**TALLEREANDO POR LA PAZ CON LA TIERRA**  
Serie de talleres sobre la sustentabilidad, eco pedagogía y la paz

Miércoles, 26 de febrero de 2014, 2:30pm-5:00pm  
Anfiteatro 3, Facultad de Educación

**Temas:**  
Radiografía artística de la Carta de la Tierra

Consejo de visiones: Universidades efímeras para una cultura de paz

Proyectos de ecopedagogía en la formación de docentes.

Proyecto Ecopaz: Alternativas ecopedagógicas a la educación ambiental

Mujer-educación-medioambiente; ecopedagogía borincana desde experiencias ecofeministas

Huerto casero como herramienta pedagógica de integración

Ecología y espiritualidad

Para reservar su espacio favor comunicarse a [unesco.paz@upr.edu](mailto:unesco.paz@upr.edu) o 767-764-0000 ext. 4433

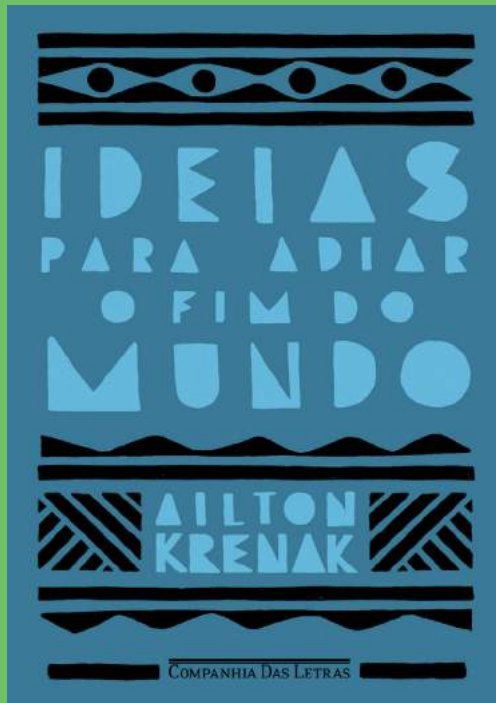
© Ailton Krenak

© Cátedra UNESCO de Educación para la Paz, 2014





© Massimo Sestini/ Polaris, 2014



© Cátedra UNESCO de Educación para la Paz, 2014



© Meredith Stern/Justseed

# 3

## Caminhos de confluência para a Paz

---

**p. 44-49** *Entre o individual, o local e o global*

- ▷ *Nível intra- e interpessoal: em tempos de polarização, o exercício da complexidade e alteridade*
- ▷ *Nível intra- e internacional: novos e velhos mecanismos de regulação de conflitos*

**p. 50-55** *A bússola EDCG para a Paz*

- ▷ *O papel das ONG*
- ▷ *O papel da comunicação social*



O itinerário que percorremos até aqui permite-nos observar que a construção e educação para a paz ocorre na relação com o respetivo contexto histórico, territorial, social e político. Como vimos, sobretudo a partir das perspetivas “subalternas”, uma edificação duradoura da paz dificilmente assenta em abordagens de “cima para baixo”. Assim, este capítulo traça alguns princípios orientadores que podem servir de âncora, mas que deverão ser sempre questionados a partir de cada situação concreta e reequacionados ao longo do tempo enquanto processo de construção permanente.

Considerando os diferentes níveis em que a paz (e a sua ausência) se manifesta e se constrói, optamos por abordá-los separadamente como forma de abarcar as suas dinâmicas específicas e enfrentar estas realidades complexas, ao mesmo tempo enfatizando as suas interdependências pela lente da EDCG. Sendo uma lente transversal ao longo deste estudo, neste capítulo é utilizada para aprofundarmos caminhos de “confluência”, para utilizarmos a expressão de Antônio Bispo dos Santos (2018), enquanto bússola para a construção de formas plurais de pensar, sentir e agir para a paz. Uma lente e bússola que convoca todas as pessoas a debruçarem-se sobre estes temas, e especialmente organizações da sociedade civil, poder

local, comunicação social e escolas pelo seu papel estruturante e potenciador de transformação social.

## Entre o individual, o local e o global

Partindo do “cone da paz” proposto por Haavelsrud em 1987, podemos ilustrar os diferentes níveis e áreas de enfoque



que são possíveis na abordagem da paz e as relações entre elas, do nível global ao individual, entre os quais existe uma multitude de atores: nações, organizações, comunidades, grupos sociais, indivíduos. Na sua base, estão alguns dos pilares considerados essenciais na criação de condições para a paz: o desenvolvimento e erradicação da pobreza; a consolidação de instituições democráticas; o desarmamento; o respeito pelos direitos humanos; a construção da justiça social; a ecologia; a valorização das diversidades.

O estudo de diferentes programas de construção de paz permite constatar que geralmente são trabalhados dois tipos básicos de mudança: a mudança individual/ pessoal e a mudança sociopolítica (CDA, 2016).

Os programas que trabalham sobre a **mudança individual** em grande parte correspondem ao tipo de violência direta que vimos acima, incidindo sobre as dimensões intrapessoal e relacional no sentido de alterar as atitudes,

valores e percepções, desenvolver competências e conhecimentos, influenciar comportamentos ao nível das relações interpessoais, ou ainda desenvolver processos de cura/recuperação em situações de pós-conflito.

Os programas que procuram intervir na **mudança sociopolítica** correspondem aos tipos de violência estrutural e cultural, incidindo sobre as estruturas, contextos e processos, nomeadamente através de reformas institucionais, alterações de políticas, legislação, estruturas económicas, mas também mudanças nas normas sociais, comportamento de grupo e relações intergrupais.

Mais recentemente, começam a surgir também alguns programas atentos à **mudança ecológica**, como por exemplo, a abordagem da *Ecologia da Paz* ou o *Livro Branco da Construção de Paz Ambiental: fomentar um ecossistema para a paz*.

A lente da EDCG procura tornar visíveis e conscientes as relações entre as questões globais e locais e, nesse sentido, compreender como os desafios da paz são interdependentes das vivências da vida quotidiana, das dinâmicas comunitárias e nacionais e das problemáticas enfrentadas pela humanidade como um todo. Convoca,

também, a assumir responsabilidades e agir nestes diferentes âmbitos.

**Nível intra- e interpessoal:  
em tempos de polarização,  
o exercício da complexidade  
e alteridade**

A construção ativa da paz assenta no desenvolvimento de competências e de mecanismos para lidar com a **complexidade**

## Abordagens à (educação para a) paz em relação com os tipos de violência

Fonte:  
Adaptado a partir  
de CDA 2016

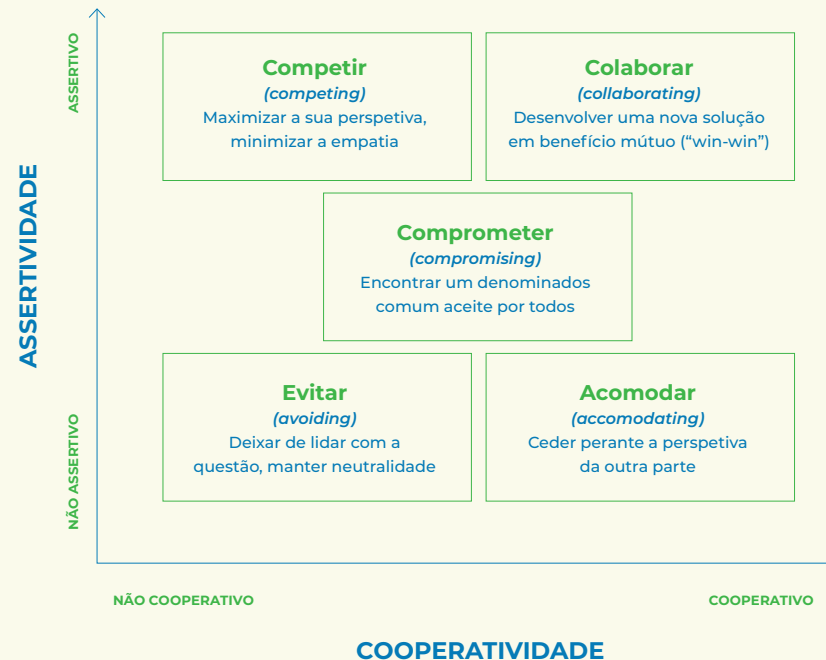
| TIPO DE MUDANÇA              | DIMENSÕES   |
|------------------------------|---|
| <b>Mudança individual</b>    | Percepções<br>Atitudes<br>Emoções<br>Competências<br>Conhecimento<br>Cura/recuperação                         |
| <b>Mudança Sociopolítica</b> | Comportamento<br>Relações individuais<br>Comportamento/relações de grupo<br>Opinião pública<br>Normas sociais |
| <b>Mudança institucional</b> | <b>Mudança cultural + estrutural</b>  |

(capacidade de considerar os vários elementos, níveis e contextos em interação, através de pensamento sistémico e crítico) e com a **alteridade** (capacidade de se relacionar com a diferença e de se colocar no lugar do outro): competências e estratégias de gestão de conflitos, mecanismos emocionais e psicológicos para lidar com o desconforto e o dissonante. O conflito, sendo intrínseco às relações sociais e humanas, faz parte do nosso quotidiano e pode ser um processo muito construtivo. É através do processo de discussão e argumentação que podemos fortalecer o nosso espírito crítico, conhecer-nos melhor a nós e à outra parte, aprender a lidar com divergências e diferenças de opinião.

A investigação nesta área tem procurado compreender os tipos de comportamento de indivíduos e grupos que emergem em situações de conflito. Os psicólogos Thomas e Kilmann (2002) desenvolveram o **Instrumento de Modo de Conflito (TKI)** que identifica o comportamento individual perante uma situação de divergência entre duas ou mais pessoas, classificando-o ao longo de dois eixos: Assertividade (grau pelo qual a pessoa tenta satisfazer seus próprios interesses) e Cooperatividade (grau pelo qual a pessoa mostra preocupação em satisfazer os interesses da outra parte). Daqui resultam cinco perfis ▼

## Perfis de resposta ao conflito TKI

Fonte: Adaptado de Thomas e Kilmann, 2002.



### E quem nos lê, de que forma costuma lidar com conflitos? Onde se posicionaria na matriz acima?

De acordo com estudos recentes (Reiner, 2023), tem havido um aumento dos comportamentos de fuga ao conflito em

relações interpessoais. As pessoas receiam sair do seu universo seguro e conhecido para enfrentar a zona de desconforto do conflito e da divergência, que é, como já vimos no segundo estudo desta coleção, dedicado à justiça social, onde se abrem possibilidades para entrarmos numa zona de aprendizagem, de encontro, de enfrentamento de dilemas, desafios e

diferenças. Não se trata, portanto, de fazer desaparecer o conflito, mas sim de procurar o lugar que o conflito pode ter na construção da justiça social. Podemos assim retomar o estudo sobre a justiça social, pois é também disso que tratamos aqui: do desenvolvimento de competências para o exercício da justiça na gestão de conflitos.

### Que competências são essas e como as podemos desenvolver?

No campo da **Educação para a Paz** existem diversas abordagens de referência<sup>5</sup>. Identificamos abaixo algumas das competências, atitudes e conhecimentos nucleares:

- Competências emocionais – a literacia emocional é fundamental para compreender as suas emoções e as das outras pessoas, o que está no cerne da gestão do conflito e desconforto;
- Competências relacionais (cooperação, diálogo, mediação);
- Gestão e transformação de Conflito;
- Consciência intercultural e interseccional;
- Consciência Ecológica;
- Escuta ativa, empatia e sintonia – Alteridade;
- Comunicação e argumentação - não-violenta;

- Pensamento crítico – questionamento das relações de poder implícitas;
- Pensamento sistémico, tendo em conta os vários elementos, níveis e contextos em interação;
- Conhecimentos - sobre história, os eventos e as personalidades que marcam os movimentos de paz, os conceitos de paz positiva e negativa, os diferentes tipos de violências, os direitos humanos, as diferentes abordagens ao conflito.

Ao nível individual, de cada um e de cada uma de nós, a construção da paz apela também a mergulhar nas emoções mais extremas. Emoções que tal como a bipolarização do conceito de paz implicam olhar para o leque das emoções humanas.

Ao desenvolvimento das nossas capacidades cognitivas para compreender a complexidade dos temas, a literacia para a prevenção dos conflitos, o chamamento para a introdução de uma cultura de paz nos contextos de vida em que nos movemos e nos quais temos capacidade de fazer escolhas e poder de decisão que afeta a vida de outras pessoas é importante a literacia para a gestão emocional: transformar ambientes geradores de emoções (reações do corpo) de desconforto em contexto de conforto e segurança, contextos duradouros de vida que geram a predominância de sentimentos (estados de

espírito) de conforto e bem-estar.

<sup>5</sup> Para uma perspetiva geral de diferentes abordagens, sugerimos a sistematização apresentada no âmbito do projeto "Everyday Peacebuilding": <https://everydaypeacebuilding.com/a-review-of-12-peace-education-learning-frameworks/>

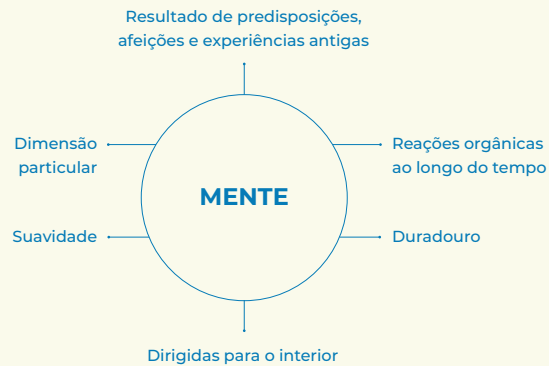
# Corpo e Mente, Emoções e Sentimentos

Fonte: [ronaud.com](http://ronaud.com)

EMOÇÕES



SENTIMENTOS



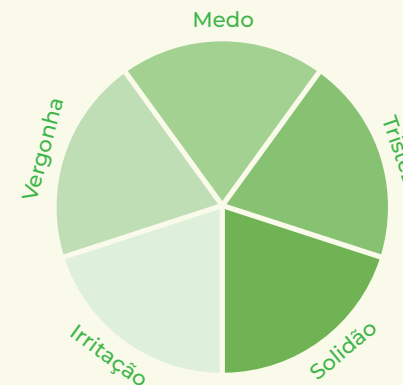
Convidamos o/a leitor/a a refletir sobre o espectro das emoções humanas e observar os seus próprios gatilhos emocionais para o conflito e violência. Como se sente entre zonas de conforto, de desconforto, de desafio, de conflito? Em que circunstâncias e com que frequência alguma destas emoções ou é fonte de violência?

## Roda das Emoções

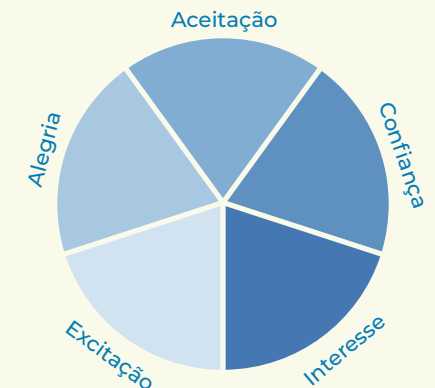
Fonte: *Human Systems Emotion Wheels*

Saber +

EMOÇÕES DESCONFORTÁVEIS



EMOÇÕES CONFORTÁVEIS



### Qual o seu limite de tolerância à intolerância?

#### Como conversar com um fascista

No livro *Como conversar com um fascista*, publicado em 2015, a filósofa Márcia Tiburi reflete sobre como desenvolver um método, ou uma postura, para contrapor o autoritarismo e discursos de ódio com que nos confrontamos nas sociedades contemporâneas.

Define autoritarismo como “empobrecimento dos atos políticos pela interrupção do diálogo”.

“O que chamo de fascista é um tipo psicopolítico bastante comum. Sua característica é ser politicamente pobre. O empobrecimento do qual ele é portador se deu pela perda da dimensão do diálogo. O diálogo se torna impossível quando se perde a dimensão do outro. O fascista não consegue relacionar-se com outras dimensões que ultrapassem as verdades absolutas nas quais ele firmou seu modo de ser. Sua falta de abertura, fácil de reconhecer no dia a dia, corresponde a um ponto de vista fixo que lhe serve de certeza contra

pessoas que não correspondem à sua visão de mundo preestabelecida. A outra pessoa é o que o fascista não pode reconhecer como outro. (...) Fechado em si mesmo, o fascista não pode perceber o “comum” que há entre ele e o outro, entre “eu e tu”. Ele não forma mental e emocionalmente a noção do comum, por que, para que esta noção se estabeleça, dependemos de algo que se estabelece com uma abertura ao outro. Fascista é aquela pessoa que luta contra laços sociais reais enquanto sustenta relações autoritárias, relações de dominação. Às vezes por trás de uma aparência esteticamente correta de justiça e bondade. Mesmo em circunstâncias esteticamente as mais corretas, e politicamente as mais decentes, o ódio é uma força que tende a falar bem alto. O fascista usa o afeto destrutivo do ódio para cortar laços potenciais, ao mesmo tempo que sustenta, pelo ódio, a submissão do outro. Como personalidade autoritária, ele luta contra o amor e as formas de prazer em geral. Um fascista não abraça. Ele não recebe. É um sacerdote que pratica o autoritarismo como religião

e usa falas prontas e apressadas que sempre convergem para o extermínio do outro, seja o outro quem for.” Fascista seria aquele que não consegue entrar em contacto com a sua dor. A filósofa propõe o diálogo como forma de resistência. Diálogo que pressupõe um encontro de presenças e a abertura à alteridade. Perante a impossibilidade de dialogar com fascistas, é necessário atuar nas condições que favorecem o desenvolvimento de fascismos e é possível travar alguma conversa para desfazer pequenos traços fascistas de personalidade.

Convidamos a testar o seu barómetro de modos de sentir, pensar, poder, ser e agir perante o conflito e a violência.



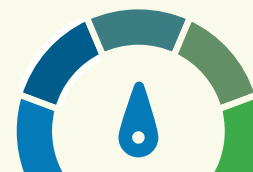
### Sentir

Que emoções costuma sentir perante situações de conflito e violência? Ou simplesmente perante o divergente e a alteridade? Quais os seus gatilhos emocionais para o conflito e violência?



### Pensar

Qual a sua capacidade cognitiva para procurar compreender a complexidade do conflito e desenvolver uma perspetiva crítica?



### Poder

Qual o seu nível de poder perante cada circunstância específica (por exemplo, quando lidera ou modera uma determinada situação) e de forma estrutural (considerando o grupo social e geografia a que pertence)? Qual a sua capacidade de reconhecer e partilhar/redistribuir o seu poder?



### Ser

Qual a sua capacidade de se relacionar com a diferença e de se colocar no lugar do outro? Sente-se capaz de ter conversas difíceis, sem individualizar a crítica nem destruir relações?



### Agir

Qual a sua capacidade de agir para a construção da paz? Como podemos confluír?

### Nível intra- e internacional: novos e velhos mecanismos de regulação de conflitos

À escala global e intranacional (organizações nacionais, regionais e locais), a paz é mantida através de diferentes mecanismos de regulação de conflito a nível macro: sistema legal e judiciário, sistema jurídico internacional (Tribunal Penal Internacional), diplomacia, negociação e resolução de conflitos, justiça restaurativa, mecanismos implementados a nível das organizações (comissões de ética e de mediação de conflitos).

### Justiça restaurativa

A Justiça Restaurativa é um mecanismo de resolução e gestão de conflitos, através de um “processo no qual a vítima e o ofensor, e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime, participam ativamente na resolução das questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador” (Resolução 2002/12 da ONU - Princípios Básicos para utilização de Programas de Justiça Restaurativa em matéria criminal). Implica quer abordagens reativas de reparação de danos e restabelecimento de relações, quer abordagens proativas de construção de relações e desenvolvimento da comunidade. As práticas restaurativas podem ser aplicadas a vários níveis, desde o interior de uma escola até às relações entre Estados, por exemplo:

- Devolução de património museológico saqueado pelos colonizadores e que integra as coleções dos grandes museus europeus
- Iniciativas que procuram tornar visíveis histórias reprimidas e invisibilizadas e dar lugar a vozes sub-representadas. Ex: *Museum of British Colonialism*; *Museo Virtual de la Guerra Civil Española*; *International Slavery Museum*; *Museu do Aljube Resistência e Liberdade...*
- Pedidos de desculpas (oficiais) e reconhecimento público dos danos causados.

Recentemente o primeiro-ministro, António Costa endereçou um pedido de desculpa pelo massacre de Wiriamu (1972), em Moçambique, no qual 400 civis desarmados foram mortos por militares portugueses. Mas será que basta pedir desculpas? Vejamos a reação do intelectual moçambicano Elísio Macamo:

“(...) Ainda que a decência me obrigue a reconhecer a nobreza do gesto português, sinto uma raiva interior quando constato que simples palavras ►



que não custam nada para pronunciar têm o condão de colocar o europeu que as profere num patamar ético elevado. (...) Sem nenhum pinga de ironia, ocorre-me apenas dizer que o pedido de perdão do primeiro-ministro português é um ato profundamente europeu. Vai ser humano no dia em que a sua inteligibilidade moral não assentar num quadro ético que dê a aceitação desse pedido por adquirido. Por enquanto, nem consigo imaginar os contornos desse quadro.” (Jornal Público, 5 de Setembro de 2022)

Em certos casos, pode ser necessário implementar as designadas “operações de paz”, sendo compostas por três tipos principais<sup>6</sup>:

- **Restabelecimento da paz (Peacemaking)** – ação diplomática formal através de meios pacíficos, geralmente numa perspectiva de paz negativa, envolvendo negociações entre as partes em conflito com a mediação de um ator imparcial, dando geralmente origem à assinatura de acordos e tratados para selar o restabelecimento da paz entre as partes (caso do Tratado de Versalhes em 1919);
- **Manutenção da paz (Peacekeeping)** – intervenção armada com o objetivo de separar as partes conflitantes

e preservar a paz, também numa perspectiva de paz negativa; contudo, mantém o conflito latente já que não há diálogo ou negociação entre as partes (caso da operação de paz da ONU no Chipre, desde 1964 até à atualidade);

- **Construção da paz (Peacebuilding)** – operação para a construção ou consolidação da paz, numa perspectiva mais positiva e estrutural, através do fortalecimento das instituições políticas, económicas e sociais (caso da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, MINUSTAH).

A **construção estrutural da paz** apela a intervir nos sistemas políticos, económicos, sociais e culturais, incidindo designadamente:

- Acesso a meios materiais e sociais para “bem viver” – desenvolvimento socioeconómico;
- Acesso a meios para participar de forma significativa em decisões que afetam a vida das pessoas – democracia;
- Boa governança e relações de confiança;
- Mecanismos de justiça acessíveis e justos...

Apela ainda a atender às **relações de poder**: políticas e programas de desenvolvimento socioeconómico que contribuam para reparar desequilíbrios formais, procurando simultaneamente enfrentar relações enraizadas de poder (colonial, patriarcal, capitalista). **As iniciativas de empowerment só serão eficazes se abordarem os dois lados da questão: por um lado os sistemas ou estruturas que perpetuam desequilíbrios de poder e marginalização e, por outro lado, a capacidade e a vontade de envolvimento daqueles/as que estão privados/as dos seus direitos (QCEA, 2018).**

Trata-se também de trabalhar contextos mais propício à participação social, ajuda mútua, organização coletiva da sociedade civil, à valorização da diversidade cultural, étnica, linguística, religiosa.

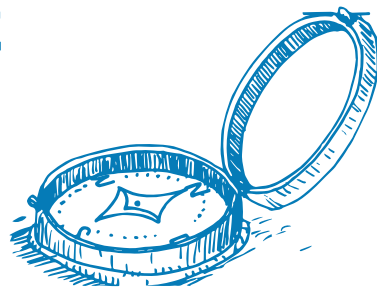
<sup>6</sup> Saber mais em: *Politize! Tipos de violência: quais operações de paz podem combatê-los?*



## A bússola EDCG para a Paz

<sup>7</sup> Conforme apresentamos no estudo "A urgência de ler o mundo: pobreza e desigualdades (Quintão e Marques, 2022), existem diversas perspectivas de EDCG – (neo)liberal, soft, crítica e "de outra forma" (*otherwise*) –, situando-se esta coleção de estudos entre as abordagens crítica e "de outra forma".

A Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG) tem parte das suas raízes na educação para a paz e no contexto do pós-guerra. Em Portugal este processo decorre de forma mais tardia em virtude do regime ditatorial, mas mesmo aqui já começavam a emergir algumas ações, na sua maior parte clandestinas, "protagonizadas sobretudo por grupos de estudantes e elementos ativos ligados às Igrejas Católica e Protestante, que visavam informar



a opinião pública nacional sobre as realidades dos territórios sob dominação colonial portuguesa e a condução da guerra colonial, com o objetivo de contribuir para criar uma consciência crítica e uma vontade de ação pela justiça e pela paz" (CIDAC, 2006).

Desde então, o campo desenvolveu-se para uma nova abordagem que enfatiza a dimensão da cidadania global. O Referencial de ED em

Portugal, debruça-se, sobre o tema da paz, bem como da justiça social, cidadania, desenvolvimento, entre outros, desafiando organizações da sociedade civil, poder local, comunicação social, escolas e todas as pessoas a debruçar-se sobre estes temas.

A abordagem de EDCG tem como aspeto basilar o reconhecimento das interdependências de cada pessoa e

sociedade com os outros seres humanos e outras sociedades, com todos os seres vivos e processos vitais que sustentam o planeta. A partir desse entendimento, particularmente a partir da perspectiva *otherwise* (Andreotti *et al*, 2019) que apresentamos no primeiro estudo desta coleção e que tem servido de referencial para estes estudos<sup>7</sup>, compreendemos que quando exercemos violência sobre alguém ou sobre a natureza, estamos também a destruir parte de nós.

Assim, **bússola da EDCG**, através das suas várias dimensões, aponta-nos para caminhos da aprendizagem ao longo da vida, de justiça e transformação social, de agência coletiva, do difícil exercício do pensamento crítico e atento às interdependências, da alteridade, da regeneração, da confluência na diversidade.

Processo de Aprendizagem

Pensamento Crítico

Experimentação e Participação

Alteridade e Interdependência

Dimensões de EDCG

Trata-se assim de criar espaços e tempos contra-hegemônicos – isto é, de procurar resistir à perpetuação de relações opressivas, à tendência de imediatismo, à subserviência perante as lógicas de mercado dominantes – para colocar questões complexas, avançar por conversas difíceis, enfrentar processos desafiantes e desconfortáveis que procuram desconstruir a violência sistêmica que está inserida no nosso cotidiano.

Perante o sistema histórico de separação e negação que referimos acima – em que a natureza é vista como separada dos humanos e os humanos são segregados entre si com base em diferentes categorias e identidades (classe, gênero, religião, pertença étnico-racial, etc.), trata-se, como veremos no estudo dedicado ao tema da interdependência e globalização, de reaprendermos a nos entendermos como parte de um mesmo todo e de assumir essa responsabilidade por tudo e não apenas

por aquilo e aqueles que nos estão mais próximos.

Trata-se também do exercício da **reflexividade crítica**: “refletir criticamente sobre si próprios e sobre a sociedade, fazendo escolhas no seu dia-a-dia que contribuem para criar climas de diálogo, de escuta mútua, de negociação e de construção de compromissos, bem como para chamar à responsabilidade os decisores, aos níveis local, nacional e internacional, que têm o poder de transformar políticas que geram conflito em políticas de promoção e de reforço da paz” (ME, 2016).

Neste processo de construir uma paz estrutural, o **nível intermédio das instituições e organizações coletivas**, na mediação entre o macro e o individual, é fundamental: polícia e técnicos das instituições públicas, enquanto representantes do poder (e da

D'Emilia, Andreotti e GTDF collective (2020)

“  
*Reconheça a sua cumplicidade nas violências e desinvista da arrogância, superioridade e status.*”

violência) do Estado; técnicos das organizações da sociedade civil (OSC) e, em particular, Organizações Não Governamentais (ONG); comunicação social enquanto veículo e reprodutora de discursos dominantes. A reflexividade crítica também é aplicável às organizações e seus/suas profissionais.

## Como atuar perante um caso de racismo na escola (ou noutra instituição)?

### Relato de uma educadora antirracista

“Logo que abri a Escola Afro-Brasileira Maria Felipa em Salvador, lembro que duas escolas privadas da cidade me ligaram pedindo uma espécie de intervenção em casos de racismo. As escolas tinham promovido aquelas atuações ridículas de gerar o constrangimento de colocar a criança que xingou [insultou] a outra de “macaco” frente a frente com a que foi chamada, junto com suas famílias, para conversar e pedir desculpas, como quem lava as mãos diante do problema e o insere em uma esfera apenas familiar (durante a pandemia, tivemos até criança expulsa da escola e proibida de se matricular no ano seguinte em virtude do racismo), um olhar altamente singularizador da opressão. Nesses convites, eu ouvi bastante o outro lado da ligação telefónica e, quando compreendia a situação e a abordagem, me colocava: “Tudo

bem, eu até posso prestar esse serviço para vocês, mas primeiro preciso fazer algumas perguntas: como está o currículo de vocês? Qual história negra vocês contam? A de que a nossa história começou há mais de trezentos mil anos ou a história dos quatro séculos de escravidão nas Américas (massivamente apresentado em dezasseis anos de vida escolar)? Como está a representação de pessoas negras nas literaturas utilizadas pela escola? E na estética da escola: paredes, outdoor, placas, panfletos de matrícula? E no corpo profissional escolar, onde estão as pessoas negras? Elas ocupam os cargos de direção, coordenação, psicologia, financeiro, administração ou estão apenas nos espaços subalternizados, limpando o chão, abrindo o portão e servindo cafezinho?”. Nessas conversas, eu desestruturava o foco do diálogo racista e mostrava que, sem um enfrentamento sério e holístico da questão da opressão racial, não havia possibilidade do avanço da nossa conversa. Qual o resultado? Nenhuma das duas escolas me ligou novamente.”

Fonte:  
Pinheiro, 2023.

Estes atores coletivos, do desenvolvimento, das OSC, do poder público local, das escolas, entre outros, podem ainda desenvolver ativamente diferentes programas de construção de paz positiva<sup>8</sup>:

- Promover **atividades em grupo**: a cooperação, o debate e reflexão conjunta promovem e desenvolvem o espírito crítico e o respeito por opiniões diferentes como forma de encontrar soluções para problemas comuns;
- Promover a **participação ativa e poder de decisão**: tomar decisões em grupo e assumir as suas consequências é um exercício de democracia, que envolve proposição, deliberação, ação, responsabilidade e justiça;
- Estimular a pesquisa: descobrir organizações locais e internacionais que trabalham pelo bem comum e informar-se acerca da realidade do mundo contribuem para desenvolver uma visão planetária e um sentimento humanitário, no sentido de uma cidadania global;
- Promover a **revisão de programas e materiais informativos e pedagógicos**: a mudança exige tempo, mas as organizações devem estar atentas aos materiais adotados (nomeadamente

## Conselho Comunitário para a Equidade no Canadá

Perante o crescimento do extremismo e de crimes motivados pelo ódio, o Canadá tem desenvolvido um conjunto de iniciativas, designadamente um trabalho com a Polícia de Ottawa, que envolve conversar com oficiais que estão na ponta de onde pode partir a violência de Estado. Procura-se, por um lado, ouvir e tentar compreender seus pontos de vista e eventualmente os seus traumas, com recurso a psicologia e pedagogia, estabelecendo um diálogo educativo que promova uma tomada de consciência relativa aos limites dos seus poderes como representantes de Estado. Procura-se, por outro lado, transmitir-lhe o ponto de vista das vítimas de violência, designadamente comunidade indígenas, racializadas e religiosas.

<https://www.unitedwayeo.ca/get-involved/affinity-programs/united-for-all/>

conteúdos de história), observando eventuais formas de racismo, discriminação e falta de representatividade dos diferentes grupos sociais nos seus conteúdos;

- Construir referenciais e procedimentos para garantir um **tratamento justo de todas as pessoas**, bem como a **resolução de conflitos** (comissões de ética e de mediação de conflitos, mecanismos de paridade);
- Promover **estudos** para um melhor conhecimento da realidade onde intervêm e para o desenvolvimento de abordagens adequadas ao contexto específico.

### O papel das ONG

As ONG, em particular no contexto da cooperação para o desenvolvimento (ONGD), têm o tema da paz vinculado à sua génese, emergente no contexto do pós-guerra e que se articula com a história da EDCG, como referimos atrás. Na sua primeira geração, as ONG tinham maioritariamente um carácter humanitário, intervindo precisamente em contextos de conflito e emergência. Neste contexto, foram também alvo de críticas pelo seu papel de instrumento de neocolonização e de reprodução das relações desiguais

entre o Norte e o Sul globais. Desde então, desenvolveu-se muita reflexão sobre o tema, apoiada por estudos, investigações, debates, rodas de conversa, uma aproximação às OSC e de raiz comunitária. Assim, têm vindo crescentemente a incorporar um maior protagonismo e participação dos atores e comunidades locais, o trabalho em rede com outras organizações, a procura de enfrentar questões mais complexas, como as desigualdades de poder e a violência estrutural e sistémica.

## Mochila do Soldado – AIDGlobal

De muito se têm servido as ONGD para olhar o mundo com as lentes da EDCG, mesmo através de temas complexos como a Guerra e a Paz. A ONGD AIDGLOBAL, entre 2015 e 2017, desenvolveu um recurso pedagógico em torno de uma guerra histórica – as Invasões Francesas ao território português, no séc. XIX –, criando uma rota de promoção da Cidadania



Global. O guia “Mochila do Soldado – Partir da Guerra para a Paz” teve como objetivo proporcionar a leitura crítica de temas como a guerra, a pobreza e as desigualdades sociais a partir do património integrado na Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT). O recurso foi desenvolvido em parceria com os Municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte

Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, e foi cofinanciado pelo Camões, IP.

Partindo do âmbito histórico onde se observaram deslocamentos forçados (fuga das populações para o interior das Linhas de Torres), desigualdades salariais entre homens e mulheres, trabalho in-

fantil na construção dos Fortes, falta de acesso à saúde, água e a alimentos (Política da Terra Queimada) a que as populações estavam sujeitas durante a Guerra Peninsular, podemos coconstruir caminhos, sensibilizando para a importância da Paz e do Desenvolvimento Social e Humano, através de uma abordagem pedagógica.

Todas estas dinâmicas ainda estão presentes na atualidade, quando nos referimos a um contexto de guerra. Ainda que de âmbito histórico, as ferramentas trazidas pela “Mochila do Soldado” são de aplicação atual. Como é que as podemos colocar em prática hoje para um mundo pacífico amanhã?

<https://ened-portugal.pt/pt/mochila-do-soldado-and-ndash-partir-da-guerra-para-a-paz>

<sup>9</sup>  
Por exemplo, "a urgência" e o "fast thinking", como o sociólogo Pierre Bourdieu (2001) analisou ao debruçar-se sobre a televisão.

## O papel da comunicação social

A comunicação social tem um papel fundamental na forma como lida com conflitos, situações de violência e outros acontecimentos, uma vez que tem o poder de determinar a sua relevância, aquilo que é alvo de atenção ou não, o tipo de enfoque e as condições de comunicação<sup>9</sup>, criando uma narrativa capaz de influenciar ou mesmo transformar esses conflitos. Conflitos entre diferentes partes são também disputas de narrativas, guerras de informação.

**Que responsabilidades e limites se colocam à liberdade dos media perante o tempo de antena concedido a discursos de ódio? Perante o esquecimento/ silenciamento de uma pluralidade de vozes que compõem a nossa sociedade? Perante a frequente transmissão de uma perspectiva autocentrada (no**

**país, na região, na identidade nacional, na religião dominante), omitindo todos os outros lados das questões? Perante a concorrência do imediatismo e simplificação da informação veiculada nas redes sociais e as pressões de uma profissão que é ela própria marcada pela precariedade da vida?**

Perante o imediatismo dominante, não é tarefa fácil produzir conteúdos que reflitam a complexidade das questões e tenham em consideração a sua influência sobre os atores sociais e as eventuais partes em conflito. Mas algumas estratégias podem ser úteis, como: evitar polarizações entre "o bem" e "o mal", não usar termos redutores como "terrorista" ou "extremista", verificar factos para fazer face a rumores e desinformação, proporcionar uma maior cobertura a iniciativas de paz. Por outro lado, a formação dos profissionais de jornalismo, a promoção da diversidade no interior das

equipas, a diversificação de fontes e de canais de disseminação podem também ser ferramentas importantes para a promoção de uma cultura de paz. A regulação dos media tem igualmente um papel a desempenhar (QCEA, 2018).

Do lado recetor, trabalhar a **literacia para os media** é também fundamental para o desenvolvimento de competências para uma utilização esclarecida e crítica de fontes de informação diversas, atenta às questões complexas dos media, da informação e da desinformação. Ver, por exemplo, o trabalho e recursos disponibilizados pela [\*Associação Literacia Para os Media e Jornalismo \(ALPMJ\)\*](#). Sugerimos também explorar o recurso [\*Literacia para os Média e Cidadania Global: Caixa de Ferramentas.\*](#), desenvolvido no âmbito do projeto "Acima da média! Descodificação dos Média ao Serviço da Cidadania Global" (CIDAC e Par, 2017).

# Posfácio

Porque a paz é muito mais do que a ausência de guerra, violência ou conflito. Porque a paz também se constrói a partir da sua ausência.

Porque pensar a paz é mais do que pensar em tratados, acordos, leis, regulamentos ou mecanismos de mediação e justiça judicial.

Porque no mundo globalizado em que vivemos hoje, estamos cada vez mais interdependentes uns dos outros, e de 'outros' que têm visões diferentes de nós. E porque as diferenças implicam interesses diversos, difíceis de conciliar, constituindo frequentemente fonte de conflitos.

Porque não é possível ajuizar como positiva ou negativa qualquer uma das emoções constituintes da natureza humana - do desejo à repulsa, da excitação à tranquilidade, da alegria à tristeza.

Porque pensar a paz convida a mergulhar nas emoções mais extremas e porque as emoções e sentimentos também se transformam.

Porque a consciência da violência estrutural que atravessa as diferentes culturas nos inquieta.

Porque é urgente construir presentes e futuros para lá dos cenários de catástrofes bélicas ou ambientais.

Porque a EDCG não se resigna perante a necessidade de compreender o mundo complexo em que vivemos, de refletir criticamente sobre a paz, como sobre qualquer outro tema nevrálgico da vida no planeta. Não se resigna perante a necessidade de buscar justiça social.

Porque paz também é o exercício de justiça social.



# Referências

- Alliez, E. e Lazzarato, M. (2021). *Guerras e capital*. São Paulo: Ubu Editora
- Andreotti, V., Stein, S., Suša, R., Čajkova, T., d’Emilia, D., Jimmy, E., Calhoun, B., Amsler, S., Cardoso, C., Siwek, D. (2019). *Global Citizenship Otherwise Study Program. Gesturing Towards Decolonial Futures*. Disponível em: <https://decolonialfutures.net/portfolio/global-citizenship-education-otherwise/>
- Araújo, M. e Maeso, S. R. (2016). *Os contornos do Eurocentrismo. Raça, história e textos políticos*. Coimbra: Almedina.
- Belchior, M. (2012). *Aprender na Sociedade da Informação e do Conhecimento - entre o local e o global – contributos para a Educação para a Paz*. Tese de Doutoramento em Educação. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Bourdieu, P. (2001). *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta.
- Butler, J. (2021). *A força da não-violência*. Lisboa: Edições 70.
- CDA (2016). *Reflecting on Peace Practice (RPP) Basics. A Resource Manual*. Cambridge, MA: CDA Collaborative Learning Projects. Disponível em: <https://www.cdacollaborative.org/publication/reflecting-peace-practice-rpp-basics-resource-manual/>
- CIDAC (Centro de Intervenção Para o Desenvolvimento Amílcar Cabral) (2006). *Uma visão da história da educação para o desenvolvimento em Portugal*. Lisboa: CIDAC. Disponível em: <http://www.cidac.pt/files/3913/8512/4738/UmavisaodahistoriadaED.pdf>
- Costa, A. P. (2022). *Relatório Discriminação de pessoas imigrantes nos serviços públicos em Portugal*. Relatório do projeto #MigraMyths - Desmistificando a Imigração. Casa do Brasil de Lisboa. Disponível em: <https://casadobrasildelisboa.pt/discriminacao-de-pessoas-imigrantes-nos-servicos-publicos-em-portugal/>
- Cruz, D. e Fontan, V. (2014). *Una mirada subalterna y desde debajo de la cultura de paz*. Ra Ximhai, 10 (2), 135-152. Universidad Autónoma Indígena de México. Disponível em: [http://unescopaz.uprrp.edu/documentos/RaXimhai\\_Coedicion\\_2014.pdf](http://unescopaz.uprrp.edu/documentos/RaXimhai_Coedicion_2014.pdf)
- D’Emilia, D., Andreotti, V. e GTDF collective (2020). *Co-sentindo com Ternura Radical*. Publication Studio São Paulo. Disponível em: <https://lapubli.online/TernuraRadical.html>
- Dunker, C. (2022). *Lacan e a democracia*. São Paulo: Boitempo.
- Edelman (2023). *The 2023 Edelman Trust Barometer*. Disponível em: <https://www.edelman.com/sites/g/files/aatuss191/files/2023-01/2023%20Edelman%20Trust%20Barometer%20Global%20Report.pdf>
- Fisher, S., Abdi, D.I., Ludin, J., Smith, R., Williams, S., e Williams, S. (2000). *Working with Conflict: Skills and Strategies for Action. Responding to Conflict*. London: Zed Books.
- Forero, E. S. (2014). *Educación, paz integral sustentable y duradera*. Revista Ra Ximhai, 10 (2), 115-133. Disponível em: <http://www.raximhai.com.mx/Portal/index.php/ejemplares/7-ejemplares/31-volumen-10-num-4>
- Freire, N. (2006). *Educação para a paz segundo Paulo Freire*. Educação, n. 2 (29), p. 387—393.
- Galtung, J. (1985). *Twenty-Five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses*. Journal of Peace Research, 2 (2).

Galtung, J. (1969). *Violence, peace and peace research*. Journal of Peace Research, 6 (3), p. 167-191.

Galtung, J. (1964). *An editorial*. Journal of Peace Research, 1 (1), p. 1-4.

Haavelsrud, M. (1987). *Peace education: operacionalization of the peace concept*. Bulletin of Peace Proposals, Vol. 18, No. 3.

IEP - Institute for Economics & Peace (2022). *Global Peace Index 2022: Measuring Peace in a Complex World*. Sydney: IEP. Disponível em: <http://visionofhumanity.org/resources>

Johansen, J. (2007). *Nonviolence: More than the absence of violence*. Em Webel, C. e Galtung, J. (eds.) Handbook of peace and conflict studies. New York: Routledge, p. 143-150.

Krenak, A. (2019). *Ideia para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lopera, I.P. (2014). *Um iter de la educación para la paz desde la escuela*. Revista Ra Ximhai, 10 (2), 47-77. Disponível em: <http://www.raximhai.com.mx/Portal/index.php/ejemplares/7-ejemplares/31-volumen-10-num-4>

Mendonça, A. G. (2022). *Guerra fria na Europa, “Guerra quente” na África: algumas reflexões*. História da Ditadura. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/guerrafrianaeuropaguerraquentenaafricaimocambiqueeangola>.

ME – Ministério da Educação (2016). *Referencial de Educação para o Desenvolvimento*. Ministério da Educação. Disponível em: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao\\_desenvolvimento/Documentos/referencial\\_de\\_educacao\\_para\\_o\\_desenvolvimento.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/referencial_de_educacao_para_o_desenvolvimento.pdf)

Navarro-Castro, L. e Nario-Galace, J. (2019). *Peace Education: A Pathway to a Culture of Peace* (3ª edição). Quezon City, Philippines: Center for Peace Education, Miriam College.

Olloriak, S. (2012). *Achieving Conflict Transformation*. The Hague: Oxfam Novib. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/achieving-conflict-transformation-293437/>

Pereira, L.T. (2016). *Dialogando com a complexidade*. Sinergias – diálogos educativos para a transformação social, n.º 4. Disponível em: <https://2013-2021sinergiased.org/index.php/revista/item/100-dialogando-complexidade>

Pinheiro, B.C. (2023). *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil.

Pureza, J.M. (2018). *O desafio crítico dos estudos para a paz*. Organicom, 15 (28), p. 74-89. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/150549>

QCEA - Quaker Council for European Affairs (2018). *Building Peace Together: a practical resource*. Brussels: QCEA. Disponível em: <https://www.qcea.org/peace/research-project/>

Quintão, C. e Marques, J. (2022). *A urgência de ler o mundo: pobreza e desigualdades*. Estudo Formativo ED-Comunicar: do Conhecimento à Mobilização. Disponível em: [https://adra.org.pt/wp-content/uploads/2021/12/AF\\_pobreza\\_desigualdades\\_est\\_formativo.pdf](https://adra.org.pt/wp-content/uploads/2021/12/AF_pobreza_desigualdades_est_formativo.pdf)

Reardon, B. (1999). *Educating the Educators: The Preparation of Teachers for a Culture of Peace*. Peace Education Miniprints n.º 99. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED432527.pdf>

Reiner, A. (2023). *From ghosting to quiet quitting, we're avoiding conflict. That's not healthy*. NBC News. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/think/opinion/ghosting-quiet-quitting-re-avoiding-conflict-s-not-healthy-rcna64709>

Santos, A. B. (2018). *Somos da terra*. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51. Disponível em: <https://piseagrama.org/edicao-da-revista/12-posse/>

Shiva, V. (2019). *Development – for the 1 per cent*. Em: Kothari, A. et al (eds.) *Pluriverse: A Post-Development Dictionary*. New Delhi: Tulika Books.

Suliveres, A. Y. e Morán, A. P. (eds.) (2020). *Descolonizar la paz: entramado de saberes, resistencias y posibilidades*. Volumen conmemorativo del 25 aniversario. San Juan, Puerto Rico: Cátedra UNESCO de Educación para la Paz / Universidad de Puerto Rico.

Thomas, K.W. e Kilmann, R.H. (2002). *Thomas-Kilmann Conflict Mode Instrument*. Mountain View, CA: CPP.

Magalhães, M.J. (coord.) (2023). *Estudo nacional sobre violência no namoro*. UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/2023/02/estudo-nacional-sobre-violencia-no-namoro-demonstra-que-jovens-ainda-aceitam-situacoes-de-violencia/>

UNESCO (2002). *Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Adotada em Londres, em 16 de novembro de 1945, e emendada pela Conferência Geral nas suas 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 15ª, 17ª, 19ª, 20ª, 21ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª e 29ª sessões. Representação da Unesco no Brasil. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273>

Von, Cristina (2014). *Cultura de paz. O que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. São Paulo: Editora Peirópolis.



junho 2023

Estudo Formativo ED-Comunicar: do Conhecimento à Mobilização

**AUTORIA** Associação A3S  
Carlota Quintão e Joana Marques

**PARCERIAS**

Coordenador: ADRA Portugal

AIDGLOBAL, Associação Par – Respostas Sociais, Fundação Cidade de Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira, Instituto Marquês de Valle Flôr, Mundo a Sorrir e Rosto Solidário.

**COFINANCIAMENTO**

Camões | Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

**DESIGN GRÁFICO**

Ridesign

**PAGINAÇÃO**

Inês Silva

